



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA**

LUIGGI RAFAEL LUCAS DE PAIVA

**DIAGNÓSTICO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

**AREIA
2020**

LUIGGI RAFAEL LUCAS DE PAIVA

**DIAGNÓSTICO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do curso de Graduação em Zootecnia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

Orientadora: Profa. Dra. Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos.

**AREIA
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P149d Paiva, Luigi Rafael Lucas de.

Diagnóstico do uso de ferramentas de gestão em propriedades rurais no semiárido paraibano / Luigi Rafael Lucas de Paiva. - Areia:UFPB/CCA, 2020.

96 f. : il.

Orientação: Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Administração rural. 2. Gestão do agronegócio. 3. Produtor rural. I. Vasconcelos, Emanuelle Alicia Santos de. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

CDU 636 (02)

LUIGGI RAFAEL LUCAS DE PAIVA

DIAGNÓSTICO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO SEMIARIDO PARAIBANO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
a Coordenação do curso de Graduação em
Zootecnia da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Zootecnia.

Aprovado em: 04/05/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof.^a MSc. Roseane de Queirós Santos (Examinadora)
SEBRAE-PB



Prof.^a Dra. Aianne Batista Lira (Examinadora)
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT/FALCAS)

Ao meu amado pai Aldeci Lucas de Carvalho, pela compreensão nas horas de ausência.

E à minha amada mãe Maria Neta de Paiva (*in memoriam*), pelo incentivo sempre.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me concedido a oportunidade de trilhar esse caminho tortuoso, mas repleto de aprendizado.

Agradeço a mim, por todo o discernimento frente aos momentos de dificuldades enfrentados e as tomadas de decisões que me possibilitaram a conclusão desse curso.

Aos meus pais, Aldeci Lucas de Carvalho e Maria Neta de Paiva (*in memoriam*), por sonharem comigo e não medirem esforços para sua concretização.

As minhas Irmãs, Jazilma Maria (*in memoriam*), Jailma Maria, Maria Joziana, Maria Juciana, Isabel Maria e ao meu irmão, Jozias Lucas, por serem família e meu porto seguro.

As minhas sobrinhas e Sobrinhos, Sandra Lima, Adriano Lima, Gustavo Lima, Luiz Lima, Anny Paiva, Davi Carvalho, Vitor Lucas, Lorenzo Paiva, Zaqueu Pereira, Maria Helena Paiva, Ayla Cecília e Daniel Lucas, por serem luz em minha vida.

A minha amada e doce avó, Isabel Maria da Conceição, por ser uma mulher forte e obstinada, me ensinando que não devemos nos entregar frente as adversidades da vida, pois ao final da caminhada a hora do triunfo de todos é chegada.

A Maria Fernanda Tavares e Yago Moraes, por terem me acolhido e me mostrado que família é muito mais que laços consanguíneos, é amor, cumplicidade e irmandade. A vocês que se fizeram família, minha eterna gratidão.

Ao meu amigo, Yuri Moraes Tavares Alexandrino, o melhor presente que alguém como eu poderia receber do universo, você que abriu seus braços e no abraço me acolheu, um encontro escrito pelo universo e destinado a acontecer, uma caminhada rumo ao desconhecido e esbarrei com a minha alma gêmea, gratidão meu amado irmão, por tudo que representas em minha vida, pelas conversas, pelos conselhos, pelos fortes embates que nunca nos permitiram faltar com o respeito, por ser essa pessoa que faz a diferença no mundo.

A Jânio Felix, meu amigo de caminhada, por todas as batalhas vividas e vencidas, daqui saímos imensuravelmente mais fortalecidos meu amado irmão, você que levarei do CCA para a vida.

A Leticia Nascimento, pela amizade e parceria na academia e na vida, por ser essa mulher aguerrida que muito me ensinou.

A minha amiga, Andreza Macedo pelo sorriso sincero nos momentos felizes, colo e ombro amigo disponibilizados nos momentos de dor, pelas palavras confortadoras você é um

ser de luz enviado aqui para me amparar, receba minha gratidão profunda por ter feito a diferença.

A Francisca Barbosa, Harlan Hallamys, Ângela Imperiano, Roberta Ferreira e Neto Ferreira, pela amizade, sinceridade e pelos muitos conselhos a mim proferidos, saibam que ouvi todos com muito carinho e atenção.

A Denise Vasconcelos, Lannubia Oliveira e Mayara Araújo, pela amizade sincera, carinho, preocupação e infindos conselhos, vocês fizeram a diferença nessa caminhada, por serem luz e por me guiaram.

Agradeço a minha amiga Bianca Amorim, por sempre ter me apoiado em diversos momentos na vida acadêmica, compartilhando angústias, alegrias e tantas outras coisas que uma amizade verdadeira proporciona.

Agradeço aos meus amigos, Juliana Emiliano, Kelvys Frietas, Larissa Martins, Amanda Leticia, Ingrid Flores, Samuel Diniz, Bruno Fernandes, Paula Cinthia, Mirelly Coelho, Antônio Cavalcanti, Daiane Freire, Francisco Lima (Chicória), Thiago Cruz, Miguel, Vitória, Evilásio Andrade, Graça Gouveia, Marina Hipólito e Pedro Garcia, pela amizade e momentos de descontração que muito me ajudou nessa rotina frenética que é o ambiente universitário, minha eterna gratidão, vocês são extraordinários.

A Isa Y Pla, pela parceria desde o início da nossa caminhada acadêmica, mulher de temperamento tão forte quanto o meu, exemplo de dedicação e foco na busca dos seus objetivos, muito obrigado por me ensinar cada vez mais.

Agradeço aos funcionários dos Módulos Didáticos Produtivos do CCA/UFPB: Leandro, Cristiano (Piu) e Davi (Bovinocultura); Bruno, Josa e Ramalho (Avicultura), Roberto (Apicultura), Leonardo Fernandes e Roberto Gonçalves (Cunicultura), Paulo Henrique e Jorge Vieira “Boi” (Caprinocultura), vocês, por vezes invisibilizados mas, igualmente fundamentais para que o processo de ensino/aprendizagem ocorra com eficiência, dentro da instituição, minha eterna gratidão.

A todos os funcionários terceirizados e efetivos que atuam nos mais diversos serviços e garantem a funcionalidade da UFPB, a vocês meu muito obrigado.

Agradeço todos os professores do Centro de Ciências Agrárias, que contribuíram direta e indiretamente para realização desse trabalho.

Agradeço de maneira especial aos professores: Luciana Diniz, Edilson Saraiva, Robson Nascimento, Valeria Peixoto, Saulo Cabral, Mauricio Javier, Severino Gonzaga, Ariosvaldo Medeiros e Aline Rufino, em nome dos quais, agradeço a cada um dos docentes

do CCA, cada qual ao seu modo, contribuiu diretamente para que eu me tornasse a profissional que hoje sou.

Agradeço a CEM, PROPESQ e PRAC, pelas oportunidades de participar em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, tornando-se fundamentais para a minha realização profissional.

Agradeço a Direção do Centro de Ciências Agrárias, em especial ao Professor Ricardo Guerra, pela contribuição importantíssima na realização desse trabalho, e por ter sido tão solícito todas as vezes em que o busquei. Gratidão.

A Universidade Federal da Paraíba, por oferecer a estrutura necessária e me oportunizar a realização desse sonho de formação profissional.

Agradeço aos meus amigos e melhor equipe de trabalho, Albertino Santos Bianca Raffaella, Bismarck Gabriel, Sabrina Trajano, vocês foram fundamentais na execução desse trabalho e por me permitir chegar a esse momento, que não é apenas meu mas, nosso, minha imensa gratidão.

As examinadoras da banca, a Dr^a. Aianne Lira e a MSc. Roseane de Queirós, que disponibilizaram seu tempo para avaliação e por todas as contribuições dadas a esse trabalho.

Agradeço de uma maneira muito especial, minha orientadora e ousou dizer, amiga, a Profa. Dra. Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos, pela contribuição imensurável na minha formação profissional, sou grata ainda pelos ensinamentos para a vida, pela paciência, incentivo, dedicação, acolhimento, por acreditar em mim e embarcar nessa aventura ao aceitar meu convite para orientação, e acima de tudo, por não soltar a minha mão no momento em que me perdi, gratidão imensa e eterna a você que é uma profissional cheia de luz e faz total diferença na vida de muitos estudantes que aqui estão, aquela em quem me espelho por ser grande pessoa e profissional.

“Quando recebemos um ensinamento devemos tê-lo como um valioso presente, e não como uma dura tarefa. Eis aqui a diferença que transcende. Os grandes espíritos sempre encontrarão violenta oposição por parte dos medíocres. Estes últimos não conseguem entender que um homem não sucumbe impensadamente a prejuízos hereditários senão quando, honestamente e com coragem, usa sua inteligência. É mais fácil destruir um átomo que o preconceito”.

Albert Einstein

RESUMO

Objetivou-se com o presente trabalho, realizar um levantamento das ferramentas de gestão utilizadas pelos produtores rurais nos municípios de Alagoa Grande, Areia e Remígio - PB. Para isso, foram realizadas 88 entrevistas por meio da utilização de questionários semiestruturados, contendo questões objetivas com respostas de múltipla escolha e discursiva, divididas em três partes, sendo a primeira constituída por questões realizadas para coleta de informações socioeconômicas, a segunda parte buscou realizar a caracterização das propriedades e a terceira parte compôs as informações acerca da utilização das ferramentas de gestão, aplicados no período de fevereiro, março e abril de 2020. A pesquisa se deu em caráter exploratório, com a utilização de metodologia qualitativa e quantitativa. Após coleta dos dados, estes foram transcritos em planilhas eletrônicas e analisados, por meio da estatística descritiva e distribuição de frequência percentual. No que se refere a caracterização social do público participante, 64,77% dos entrevistados são do sexo masculino e 35,23% do sexo feminino, com idade variando entre 18 e 70 anos, produzindo no modelo de agricultura familiar, visto que a maioria dos entrevistados utilizam mão de obra de pessoas do núcleo familiar. Ainda que tímida a atuação da agricultura familiar é importantíssima para as atividades comerciais referente ao agronegócio brasileiro, tendo participação importante no fornecimento de alimentos para o consumo da população que compõe o mercado interno. Assim a pesquisa exposta não pretendeu por si, ser conclusiva, mas servir como instrumento norteador e subsidiador para a realização de futuros trabalhos na área objeto de estudo desta.

Palavras-Chave: Administração rural. Gestão do agronegócio. Produtor rural.

ABSTRACT

The objective of this study was to carry out a survey of the management tools used by farm producers in the municipalities of Alagoa Grande, Areia and Remígio - PB. For this, 88 interviews were carried out through the use of semi-structured questionnaires, containing objective questions with multiple choice and discursive answers, divided into three parts, the first consisting of questions carried out to collect socioeconomic information, the second part sought to carry out the characterization of properties and the third part composed the information about the use of management tools, applied in the period of February, March and April 2020. The research took place in an exploratory character, with the use of qualitative and quantitative methodology. After data collection, these were transcribed in electronic spreadsheets and analyzed, using descriptive statistics and percentage frequency distribution. With regard to the social characterization of the participating public, 64.77% of respondents are male and 35.23% female, aged between 18 and 70 years old, producing in the family farming model, since most of the interviewees use labor from people in the family nucleus. Although family farming is timid, it is extremely important for commercial activities related to Brazilian agribusiness, having an important participation in the supply of food for the consumption of the population that makes up the domestic market. Thus, the exposed research was not intended to be conclusive, but to serve as a guiding and subsidizing instrument for carrying out future work in the area under study.

Keywords: Administration. Agribusiness management. Farm produce.

RESÚMEN

El objetivo de este estudio fue realizar una encuesta sobre las herramientas de gestión utilizadas por los productores rurales en los municipios de Alagoa Grande, Areia y Remígio - PB. Se realizaron 88 entrevistas mediante el uso de cuestionarios semiestructurados, que contenían preguntas objetivas con opción múltiple y respuestas discursivas, divididas en tres partes, la primera consistente en preguntas realizadas para recopilar información socioeconómica, la segunda parte buscó llevar a cabo el caracterización de propiedades y la tercera parte compuso la información sobre el uso de herramientas de gestión, aplicadas en el período de febrero, marzo y abril de 2020. La investigación se realizó en un carácter exploratorio, con el uso de metodología cualitativa y cuantitativa. Después de la recopilación de datos, estos se transcribieron en hojas de cálculo electrónicas y se analizaron, utilizando estadísticas descriptivas y distribución de frecuencia porcentual. Con respecto a la caracterización social del público participante, el 64.77% de los encuestados son hombres y el 35.23% mujeres, con edades comprendidas entre 18 y 70 años, produciendo en el modelo de agricultura familiar, ya que la mayoría de los encuestados usan mano de obra de personas de la familia. Aunque la agricultura familiar es tímida, es extremadamente importante para las actividades comerciales relacionadas con los agronegocio brasileños, ya que tiene una participación importante en el suministro de alimentos para el consumo de la población que conforma el mercado interno. Por lo tanto, la investigación expuesta no pretendía ser concluyente, sino servir como un instrumento de guía y subsidio para llevar a cabo el trabajo futuro en el área en estudio.

Palabras Claves: Administración rural. Gestión de agronegocios. Productor rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa do município de Alagoa Grande, estado da Paraíba.....	36
Figura 2 –	Mapa do município de Areia, estado da Paraíba.....	38
Figura 3 –	Mapa do município de Remígio, estado da Paraíba.....	39
Figura 4 –	Feiras livres para comercialização dos produtos agropecuários.....	41
Figura 5 –	Chefes de Famílias das Propriedades Rurais.....	44
Figura 6 –	Fonte de Renda das Famílias nas Propriedades Rurais.....	48
Figura 7 –	Renda Per Capita das Famílias nas Propriedades Rurais.....	49
Figura 8 –	Descrição das propriedades pesquisadas quanto área total.....	50
Figura 9 –	Descrição das propriedades pesquisadas quanto área produtiva.....	51
Figura 10 –	Percentual relativo ao acesso às Políticas Agrícolas e de Crédito Rural pelas Propriedades Rurais Entrevistadas.....	56
Figura 11 –	Percentual referente à utilização de Assessoria Técnica pelos Produtores Rurais.....	58
Figura 12 –	Percentual referente a capacitação da mão de obra contratada para execução das tarefas na unidade produtiva rural.....	61
Figura 13 –	Organização dos Trabalhadores na Execução de Tarefas na Produção Agropecuária.....	62
Figura 14 –	Percentual Referente a Participação em cursos de capacitação na Área de Gestão de Propriedades Rurais.....	63
Figura 15 –	Separação das Despesas Pessoais daquelas inerentes a produção da Propriedade Rural.....	67
Figura 16 –	Fator de Formação do Preço de Venda dos Produtos.....	71
Figura 17 –	Principal Atividade Agropecuária da Propriedade Rural (Carro Chefe)...	72
Figura 18 –	Formas de Pagamento aceita pelo Produtor Rural do produto comercializado.....	76
Figura 19 –	Avaliação da Satisfação do Cliente em relação ao produto adquirido....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária da Amostra Entrevistada.....	45
Tabela 2 – Grau de Escolaridade da Amostra Entrevistada.....	46
Tabela 3 – Atividades Econômicas das Propriedades Rurais.....	53
Tabela 4 – Número de Trabalhadores efetivos nas Propriedades Rurais Pesquisadas..	55
Tabela 5 – Vínculo Empregatício.....	60
Tabela 6 – Análise do Controle de Produtividade.....	64
Tabela 7 – Indicadores de Controle e Organização.....	65
Tabela 8 – Controle do Fluxo de Entrada e Saídas do Caixa da Unidade Produtiva.....	68
Tabela 9 – Faturamento Bruto Anual da Unidade Produtiva.....	69
Tabela 10 – Indicadores Econômico-financeiros	70
Tabela 11 – Modo de armazenamento dos Produtos oriundos da Propriedade Rural a serem comercializados.....	74
Tabela 12 – Locais de Comercialização da Produção Agropecuária oriunda da Unidade Produtiva.....	75
Tabela 13 – Estratégias Utilizadas para divulgação do produto comercializado pelo Produtor Rural.....	78
Tabela 14 – Avaliação de Satisfação por ser agricultor familiar e viver no meio rural.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão
BR	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
ECO	Ecologia
ESALQ	Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
KM	Quilometro
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PVC	Policloreto de Vinila ou Polyvinyl chloride
SEDAP	Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba
SPA	Secretaria de Política Agrícola
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USP	Universidade de São Paulo
VBP	Valor Bruto da Produção

LISTA DE SIMBOLOS

% Porcentagem

° Graus

' Minutos

" Segundos

S Sul

W Leste

R\$ Real

ha hectare

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	19
2.1	AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E ABORDAGENS	19
2.2	PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA BRASILEIRA	21
2.3	CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO	23
2.3.1	Administração Clássica	23
2.3.2	Administração Humanística	24
2.3.3	Administração Neoclássica.....	24
2.3.4	Administração Estruturalista	25
2.3.5	Administração Comportamental.....	26
2.3.6	Administração Sistêmica	26
2.3.7	Administração Contingencial	27
2.3.8	Administração Rural	28
2.4	GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS.....	29
2.4.1	Instrumentos de Gestão para Propriedades Rurais	30
2.4.1.1	<i>Planejamento da Produção</i>	30
2.4.1.2	<i>Gestão de Pessoas</i>	31
2.4.1.3	<i>Controle Financeiro da Produção</i>	31
2.4.1.4	<i>Gestão de Qualidade da Produção</i>	32
2.4.1.5	<i>Marketing e Comercialização</i>	33
3	MATERIAL E MÉTODOS.....	34
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	34
3.1.1	Município de Alagoa Grande	34
3.1.1.1	<i>Localização e Acesso</i>	34
3.1.1.2	<i>Aspectos Socioeconômicos</i>	35
3.1.1.3	<i>Aspectos Fisiográficos</i>	35
3.1.2	Município de Areia.....	36
3.1.2.1	<i>Localização e Acesso</i>	36
3.1.2.2	<i>Aspectos Socioeconômicos</i>	36
3.1.2.3	<i>Aspectos Fisiográficos</i>	37
3.1.3	Município de Remígio.....	37
3.1.3.1	<i>Localização e Acesso</i>	38

3.1.3.2	<i>Aspectos Socioeconômicos</i>	38
3.1.3.3	<i>Aspectos Fisiográficos</i>	38
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM	39
3.3	LEVANTAMENTO DOS DADOS	39
3.4	ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	41
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	42
4.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA.....	42
4.2	CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	48
4.3	FERRAMENTAS DE GESTÃO UTILIZADAS NAS PROPRIEDADES RURAIS	57
4.3.1	Gestão de Pessoas	57
4.3.2	Organização e Controle da Produção	62
4.3.3	Controle de Finanças	65
4.3.4	Marketing e Comercialização	71
4.3.5	Índice de Realização Pessoal.....	77
5	CONCLUSÕES	78
	REFERÊNCIAS	79
	ANEXO A	88
	ANEXO B	90
	APÊNDICE A.....	91

1 INTRODUÇÃO

O Agronegócio Brasileiro foi o setor responsável pela arrecadação de quase $\frac{1}{4}$ do Produto Interno Bruto – PIB no ano de 2018. E um estudo realizado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA da Esalq/USP junto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, no mesmo ano, identificou o crescimento do agronegócio brasileiro em todos os seguimentos. Esse crescimento, foi potencializado pelo volume de exportações do setor pecuário, que em números, foi equivalente a 1,87%. O setor de insumos foi o principal ator correspondendo a 5,17% do volume total de crescimento do agronegócio, seguido pelo setor de Agrosserviços e Agroindústria, que apresentaram crescimento de 2,31% e 1,97%, respectivamente. O setor primário apresentou aumento de 0,41%.

No entanto, as propriedades rurais, são fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio, em especial, aquelas relacionadas à agricultura familiar. Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017, em números a agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários no país, entretanto, por serem áreas de pequeno porte, ocupam aproximadamente 80,89 milhões de hectares. Apesar de representar apenas 23% da área total agrícola brasileira ela desempenha um importantíssimo papel junto às comunidades locais, impactando estas economicamente.

Entretanto, essas propriedades rurais apresentam limitações para potencializar a sua produção agrícola, e a pouca prática da gestão de propriedade, está dentre as tantas limitações, e está sendo fator decisivo para o desenvolvimento das organizações rurais, acabam por prejudicar a produção agrícola (BREITENBACH, 2014). Por muito tempo, acreditou-se que para o sucesso de um estabelecimento agrícola, fazia-se necessário apenas a aplicação e o domínio das técnicas de produção agropecuária, mas atualmente o mercado se modificou, e os consumidores estão cada vez mais exigentes, dessa forma, apenas produzir já não é garantia de permanência no comércio, é necessário se adequar a tendência do público consumidor (SILVA, 2017).

As propriedades rurais precisam atender as exigências do mercado e garantir a lucratividade da atividade agropecuária as quais produzem. Assim, é de suma importância que se realize a gestão administrativa das mesmas, para tanto, é necessário lançar mão do uso de ferramentas de gestão no estabelecimento agropecuário.

As propriedades rurais são empresas e necessitam serem encaradas dessa forma pelos proprietários e pelos os profissionais que trabalham com Assistência Técnica e Extensão Rural, que estes, tenham a sensibilidade para compreender que, como qualquer outra organização ela possui limitações e particularidades que precisam ser consideradas no processo de desenvolvimento do planejamento administrativo. Outro fator, a ser levado em consideração para a aplicação da metodologia e das ferramentas de gestão, a serem utilizadas nas propriedades, trata-se da condição socioeconômica do agricultor familiar que irá gerir.

Nesse âmbito, faz-se necessário a realização de um estudo que aponte quais são as ferramentas de gestão e consequentemente as práticas administrativas utilizadas pelos produtores rurais. E, em caso de uma possível identificação, sobre a não utilização das ferramentas de gestão administrativa por parte dos produtores em suas propriedades, e, sabendo da contribuição efetiva destas na promoção do desenvolvimento produtivo e econômico da empresa rural.

A elaboração de um documento que possa se tornar uma ferramenta norteadora para o processo de desenvolvimento e/ou aplicação das políticas públicas existentes, atuando na fixação dos jovens, das mulheres e do homem no campo, capacitando-os, para que possam desenvolver as atividades agropecuárias na propriedade rural, estas, ocorrendo não apenas no aspecto da capacitação do conhecimento técnico produtivo, mas também nas áreas que permitam adquirir noções de gestão, bem como, o desenvolvimento da visão empreendedora da família, sendo, de fundamental importância para que as famílias possam executar tarefas, tais como, planejamento e execução de atividades referentes à produção, possibilitando o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais nos municípios objeto do estudo e cidades circunvizinhas.

Sendo assim, objetivou-se com esse trabalho, realizar o levantamento das ferramentas de gestão utilizadas pelos proprietários rurais nos municípios de Alagoa Grande, Areia e Remígio no estado da Paraíba.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E ABORDAGENS

Existem atualmente diversas definições para o Agronegócio, entretanto para se referir ao termo, pode-se defini-lo como, um conjunto de operações da cadeia produtiva, que se inicia na aquisição dos insumos para a produção e se estende até a comercialização (BATALHA, 2014). O agronegócio se subdivide em vários setores, e de acordo com Gayoso da Costa (2016), o que possui maior destaque a nível mundial, sendo um dos mais estruturados é o agroalimentar. O setor passou por diversas transformações, dentre elas a reorganização na produção de alimentos, ocorrendo por meio da integração verticalizada das cadeias produtivas, essa integração possibilitou um aumento na oferta dos produtos agrícolas, consolidando também estratégias de especialização produtivas regionais esta, por sua vez, ocorrendo em diversos países, a partir da consorciação de empresas e integração dos produtos ao mercado global.

O Agronegócio é basicamente dividido em três segmentos, sendo eles: os produtores rurais, constituindo estes, os proprietários ou arrendatários de propriedades onde ocorre a produção agropecuária; os fornecedores de insumos rurais, neste segmento, encontram-se os fabricantes e fornecedores de máquinas e implementos agrícolas, sementes, fertilizantes e defensivos, ainda o segmento de processamento, distribuição e comercialização, neste estão enquadrados, as indústrias de processamento, frigoríficos, distribuidores, comércios, dentre outros (BATALHA, 2014).

Segundo Callado (2015), o ambiente econômico, social e tecnológico em que está posto, o agronegócio apresenta-se cada vez mais complexo e diversificado. O que antes era entendido como uma atividade de exploração econômica, realizadas em propriedades rurais isoladas, hoje é parte de uma extensa concepção de interdependências produtivas, tecnológicas e mercadológicas. Mostrando-se, com um modo de desenvolvimento baseado na exploração da natureza, hora praticado de maneira sustentável, outra de maneira extrativista, o agronegócio, tem demonstrado fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social do país (PEREIRA DOS SANTOS et al, 2016; GOMES et al, 2018).

E, tratando-se do agronegócio brasileiro, a parte que o compõe na produção primária são os estabelecimentos rurais de produção agropecuária, denominados de Estabelecimentos de Agricultura Familiar e Não Familiar, os estabelecimentos da Agricultura familiar,

correspondem a 80,89 milhões de hectares, e equivalem a 77% do montante de propriedades rurais de produção agropecuária do país, mas quando comparado a Agricultura não familiar, sendo ela o estabelecimento responsável pela produção das commodities agrícolas para exportação, a agricultura familiar responde apenas por 23% do volume total da área de produção (IBGE, 2017).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário define a Agricultura Familiar como, uma forma de organização social, onde são executadas atividades agropecuárias, sob gerência de uma família, cuja mão de obra é predominantemente familiar (MDA,2006).

E, na legislação brasileira a agricultura familiar é prevista como uma atividade econômica, para os efeitos da lei 11.326/2006, é considerado agricultor ou empreendedor familiar rural, todo aquele que pratique atividade no meio rural e que sua área produtiva, não seja superior a 4 módulos fiscais, que no processo de produção, a família dirija o estabelecimento, e utilize predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades econômica do empreendimento rural e que a possua um percentual mínimo da renda oriunda das atividades econômicas do seu estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Do ponto de vista das políticas de governo, no Brasil os produtores rurais são divididos em duas classes: Agricultura Familiar e Agricultura Empresarial ou Não Familiar, por sua vez, reconhecida como Agronegócio (MDA,2006). Dissociar a Agricultura Familiar do agronegócio é errôneo, uma vez, que o produtor rural e sua família, podem participar efetivamente dos processos de comercialização dos produtos oriundos do estabelecimento rural, essa comercialização pode ainda ser realizada via cooperativas, comércios locais e feira populares, dessa forma, se existe o comércio do produto agrícola, a agricultura familiar também é agronegócio.

E, ainda possui um papel significativo no cenário do agronegócio, sendo responsável pela movimentação da economia local, gerando emprego e renda, contribuindo para a fixação do homem no campo. De acordo com Breitenbach (2014), o Brasil se destaca no cenário mundial como um forte produtor dos produtos oriundos do agronegócio, com isso estabelece acordos de parcerias para exportação, desenvolvendo vantagens comerciais e alianças junto a outros países.

As potencialidades das atividades executadas pela agricultura familiar no processo de desenvolvimento socioeconômico no âmbito rural, e conseqüentemente para a nação, estão em evidência desde a década de 1990, uma vez que a agricultura familiar representa uma parcela considerável no fornecimento de produtos alimentícios ao mercado interno brasileiro (ALVES, 2010).

Para Breitenbach (2018), a agricultura familiar expõe características bem definidas, que permite torna-la diferente de outros tipos de agricultura, tais como, a patronal e a empresarial. A agricultura Familiar apresenta perfil distributivo, e quando comparada a agricultura patronal, é melhor em termos social e cultural, a gestão e o trabalho estão fortemente relacionados, o processo produtivo é assegurado pelos proprietários gestores, outro ponto favorável, é a diversificação da produção, bem como a durabilidade dos recursos naturais, garantindo assim, qualidade de vida.

2.2 PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA BRASILEIRA

O desenvolvimento econômico brasileiro tem sido impulsionado pelo agronegócio, que, em 2018, somou R\$1,44 trilhões em bens e serviços do setor, representando uma contribuição de 21,1% no Produto Interno Bruto brasileiro, desse total, o setor agrícola contribuiu com 74% do valor movimentado pelo agronegócio, por outro lado, houve queda na contribuição do setor pecuário no PIB em relação ao ano anterior (MAPA, 2019).

Ainda segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2019), o Valor Bruto da Produção (VBP) do agronegócio brasileiro, finalizou 2018 com R\$ 593,1 bilhões. Apesar do valor expressivo registrado, fechou o ano em baixa, visto que em 2017, o Brasil fechou o ano com o VBP de R\$ 607,9 bilhões, caracterizando um recorde nacional nos últimos 30 anos. De acordo com a Secretaria de Política Agrícola, dentre os produtos agropecuários com maior VBP arrecadado em 2018, destacam-se: soja (grão) foi o produto com a maior arrecadação, somando R\$ 146,9 bilhões, seguido pela Pecuária Corte, com R\$ 106,7 bilhões, milho (grão) com R\$ 63,5 bilhões, seguido pelas pecuárias Leite e frango com valores arrecadados de R\$ 54,1 e 45,9 bilhões respectivamente, a cana-de-açúcar arrecadou R\$ 45,5 bilhões, suínos R\$ 17,3 bilhões, algodão em pluma e café arábica arrecadaram R\$ 16,6 e 14,3 bilhões respectivamente e a pecuária ovos fechou a lista arrecadando R\$ 10,4 bilhões.

O VBP mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. Calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil. O valor real da produção, descontada a inflação, é obtido pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. A periodicidade é mensal com atualização e divulgação até o dia 15 de cada mês (BRASIL, 2019, on-line).

O agronegócio tem participação efetiva na economia brasileira, e é importante para as mais diversas atividades diretas e indiretas, que estão relacionadas a ele. Converge com o processo produtivo e econômico das agroindústrias, estas por sua vez, são responsáveis pelo beneficiamento dos produtos advindos da agricultura familiar, que possui características produtivas diversificadas, destacando-se dentre elas, a produção de aves, leite, suínos, dentre outras, realizadas em forma de parceria (KRUGER, 2014).

A agricultura familiar gera emprego e renda no campo, denotando a sua importância social e econômica, apresenta uma heterogeneidade visto que, há uma diversidade produtiva, podendo apresentar-se como atividade de subsistência, pequena produção ou pobreza, ou ainda com participação significativa na economia local, regional, a nível nacional corresponde a, 22,8% da produção agropecuária total do país (BEZERRA, 2017; BREITENBACH, 2018; IBGE, 2019). Segundo Rogatto (2013), mais de 70% do alimento consumido pela população brasileira é oriundo da agricultura familiar, tendo ela participação nas produções brasileira de culturas perenes como, por exemplo, café e banana, onde a agricultura familiar responde pelo equivalente a 48% da produção total do país, bem como, participação no montante produzido nas culturas sazonais, dentre elas, mandioca com 80% de participação na produção, 69% na produção de abacaxi e 42% na produção de Feijão, com isso a agricultura familiar reafirma o seu potencial na participação da atividade econômica local e no agronegócio brasileiro (IBGE, 2017).

Localizado na região nordeste do Brasil, o estado da Paraíba, tem se despontado no agronegócio, a associação das políticas agrícolas governamentais e as atividades de pesquisas dos órgãos institucionais, tem posicionado o estado em uma colocação de destaque, atualmente é o maior produtor de leite de cabra do país, os dados são da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba – SEDAP/PB. Resultados divulgados pela pesquisa de Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBPA, realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que apontam valores superiores a R\$1,4 bilhões de reais movimentados pelo setor agropecuário Paraibano no ano de 2015.

E no ano de 2017, o censo agropecuário, apontou que, a agricultura familiar contribui com 47,8% da produção agropecuária no estado da Paraíba e, esses valores expressivos elevaram o índice de contribuição efetiva da agricultura familiar paraibana acima da média nacional (IBGE, 2019).

2.3 CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração é uma ferramenta que possibilita a geração de resultados, por meio do alinhamento das ações e operações proporcionando o desenvolvimento das organizações (CHIAVENATO, 2014; CALLADO, 2015; RENNÓ, 2018; MAXIMIANO, 2018).

Segundo Chiavenato (2014), a administração é um evento que acontece nas organizações e não ocorre de maneira isolada. Para ele, as organizações não alcançam o sucesso ao acaso, este por sua vez, é decorrente de uma longa e articulada série de tomadas de decisões, ações, aglomerado de recursos, estratégias e de constantes pesquisas, cuja finalidade alcancem, resultados gradativamente melhores. O que leva uma organização a excelência é exclusivamente a maneira como é administrada.

“A Administração é o processo de tomar decisões que faz as organizações serem capazes de utilizar corretamente seus recursos e atingir seus objetivos” (MAXIMIANO, 2018, p5).

As organizações assumiram um importante papel na sociedade atual, quando observada a vida contemporânea, pouquíssimos aspectos não são influenciados por algum tipo de organização, seja ele, familiar, educação, comunicação, associativistas, cooperativistas, entre outras infinidades de organizações que poderiam ser listadas. A sociedade moderna é de fato uma sociedade organizacional, segundo Maximiano (2018), a finalidade e os recursos, são fatores decisivos na determinação do processo administrativo e organizacional, para ele, uma organização é um sistema dotado de recursos que visa realizar um ou mais objetivos.

Além dos objetivos e recursos, para funcionar administrativamente, as organizações devem trabalhar sobre outros dois componentes importantes, sendo eles, o processo de transformação e a divisão do trabalho. Ainda que, importante em qualquer contexto que seja aplicado a utilização de recursos, é fundamental estudar os processos administrativos em razão do impacto sobre o desempenho das organizações.

2.3.1 Administração Clássica

No início do século XX, o engenheiro americano Frederick Winslow Taylor e o Europeu Henri Fayol, começaram a desenvolver os primeiros trabalhos acerca da administração enquanto ciência, Taylor desenvolveu a denominada Escola de Administração Científica, cujo

foco buscava ampliar a eficiência industrial, via racionalização do trabalho operário, Fayol desenvolveu a Teoria Clássica, visando aumentar a eficiência da empresa, mediante organização e aplicação dos princípios gerais da administração em bases científicas. Apesar de partirem de pontos de vistas distintos e até mesmo opostos, ambos apresentaram propostas que estabeleceram as bases da abordagem clássica da administração (CHIAVENATO, 2018).

Em suma a Administração Científica de Taylor apresentava uma abordagem administrativa com ênfase nas tarefas a serem executadas pela empresa, enquanto a Teoria Clássica de Fayol tinha como principal característica foco na estrutura.

2.3.2 Administração Humanística

Também denominada de Escola Humanística de Administração, surgiu na década de 1930 nos Estados Unidos, quando ocorreu o advento da Teoria das Relações humanas, com isso, a teoria administrativa passa por uma revolução conceitual, onde, as preocupações, que antes eram voltadas para as organizações, defendidas pela teoria clássica de Taylor e Fayol, foram direcionadas para os fatores humanos, que levariam ao melhor desempenho dos trabalhadores e consequentemente das organizações, a partir da realização de diversas pesquisas que buscavam compreender a dinâmica do indivíduo no ambiente de trabalho, Elton Mayo, passa a priorizar as necessidades psicológicas, dando ênfase administrativa nas pessoas que trabalham ou participam nas organizações (CHIAVENATO, 2016; RENNO, 2018).

A Escola Humanística defendia que as organizações deveriam utilizar outros fatores, não apenas o financeiro, para potencializar a produtividade do trabalhador, uma vez que o ambiente de trabalho amistoso associado ao trabalho mais desafiador, seria mais satisfatório para o funcionário.

2.3.3 Administração Neoclássica

Para os autores neoclássicos, as teorias administrativas só são convenientes, se puderem ser de fato operacionalizada, dessa forma, a teoria mantém o foco nos aspectos práticos da administração, pelo objetivo e busca de resultados concretos, é com base nesses pontos que as organizações devem ser dimensionadas, estruturadas e orientadas. Os

objetivos são os resultados pretendidos pelas organizações, e utilizados como instrumento de avaliação das mesmas, e estes somente são possíveis de alcançar via operação administrativa eficiente (CHIAVENATO, 2014; RENNÓ 2018).

Para Rennó (2018), apesar de ecléticos os autores da teoria neoclássica resgatam diversos princípios da teoria Clássica, entretanto, esses elementos possuem uma visão mais moderna e adaptada à crescente complexidade institucional, proporcionando um aspecto mais amplo e flexível.

Segundo Chiavenato (2018), a Teoria Neoclássica, aplica os conceitos da teoria clássica de maneira reformulada no tocante a organização formal, que baseia-se no agrupamento de posições funcionais e hierárquicas, cuja orientação é, a obtenção do objetivo econômico de produzir bens e serviços.

A teoria neoclássica realizou uma análise das funções administrativas propostas pelas teorias anteriores e apresentou novas funções, atualmente denominada processo administrativo.

2.3.4 Administração Estruturalista

A abordagem estruturalista surgiu a partir de uma análise crítica das teorias administrativas anteriormente postuladas, entretanto, ela não descarta as afirmações das mesmas. Nasce da união das Teorias preconizadas nas Escolas Clássica e Humanística, defendia que o estudo no campo administrativo não poderia se restringir a organização das tarefas, como preconizada na Escola Clássica, nem aos colaboradores, como defendia a Escola Humanística (CAMPO e BARSANO, 2016; CHIAVENATO, 2018; RENNÓ, 2018).

De acordo com a Teoria Estruturalista, a Teoria Administrativa, visava as organizações como um sistema fechado, onde, não havia a preocupação em considerar que dentro dos setores organizacionais, bem como entre as organizações, ocorriam inter-relações e que estas eram interdependentes. A escola Estruturalista, traz em sua dialética que, o conjunto é maior, sendo superior a soma das partes que compõem a organização, mas, não exclui as partes, considerando-as importantes na constituição do conjunto da organização, como também sua interdependência.

2.3.5 Administração Comportamental

Também conhecida como Teoria Behaviorista, a Teoria Comportamental da administração, sofre forte influência da psicologia comportamental, ela observa o homem, como ser social e não como ser mecanicista, alguém, cujo comportamento é condicionado a diversos fatores, tais como, biológicos, psicológicos e sociais. A partir de diversos estudos, foi possível chegar a conclusões relevantes e fundamentadas acerca do comportamento dos indivíduos, e como estes refletiriam na produtividade e conseqüentemente nos resultados esperados pelas organizações. Os trabalhos realizados por Chester Barnard, desenvolvedor da teoria da cooperação, tornando-o pioneiro nos estudos da administração comportamental, promoveu uma evolução nas pesquisas realizadas por Elton Mayo, que vislumbrava o componente humano de maneira simplista, a teoria de Barnard, baseava-se em questões particulares, ligadas ao comportamento do indivíduo objeto do estudo (CAMPOS e BARSANO, 2016; MAXIMIANO, 2018).

Segundo Chiavenato (2018), “o comportamento é a maneira pela qual um indivíduo ou uma organização age ou reage em suas interações com o meio ambiente e em resposta aos estímulos que dele recebe”. A teoria comportamental da administração, proporcionou a teoria administrativa um novo sentido, adotando posições explicativas e descritivas, por meio do abandono das teorias normativas das escolas Clássica e Humanística, mantendo o enfoque nas pessoas, por meio, do uso das ciências do comportamento (psicologia comportamental), dentro da amplitude do contexto das organizações.

Os principais Estudiosos da Administração comportamental foram: Chester Barnard, Rensis Liket Alexander Simon, Abraham Maslow, David McClelland, Douglas McGregor, Frederick Hezberg e Chris Argyris (CHIAVENATO, 2018).

2.3.6 Administração Sistêmica

Diferentemente das teorias que antecederam, a Teoria do Sistema, estudava a diversidade e as dificuldades que poderiam ocorrer dentro de uma organização. Buscando solucionar os possíveis problemas de maneira contextualizada, a partir do desenvolvimento de conceitos que pudessem fundamentar e solucionar a problemática dos pontos de vistas internos e externos das organizações (CAMPOS e BARSANO, 2016).

As organizações são abordadas como sistemas abertos, pois o seu comportamento é probabilístico e não determinístico; as organizações fazem parte de uma sociedade maior, constituídas de partes menores; existe uma interdependência entre as partes das organizações; a organização precisa alcançar uma homeostase ou estado firme (CHIAVENATO, 2018, p. 81).

Para Rennó (2018), a teoria dos sistemas, compreende que a organização é de fato, um sistema aberto, e não pode ser dissociado do ambiente que a rodeia, uma vez que este, influencia, a organização, seja, positivamente ou negativamente.

2.3.7 Administração Contingencial

A teoria da Contingência, é uma teoria administrativa relativista, onde ela afirma que, o processo administrativo não é estático, ou seja, o modelo administrativo adequado a uma organização, não necessariamente servirá a outra. De acordo com a teoria da contingencia o administrador, deve analisar o ambiente em torno da organização, para a partir de então, realizar a tomada de decisão, no âmbito administrativo, em suma, a teoria prega que, “tudo é relativo”, afirma que, não existe uma formula única, que possibilite organizar o processo e, que este caminhe a largos passos, rumo ao objetivo da instituição organizacional. Cada organização tem sua característica própria, pautada nas inter-relações que possui, tanto no ambiente interno quanto externo (CAMPOS e BARSANO 2016; RENNÓ, 2018; CHIAVENATTO, 2018).

Há no mundo, diversas organizações, cada uma com características particulares, tais como, público alvo, aporte financeiro, número de funcionários, faturamento, e cada uma dessas características possui sua especificidade, assim, o processo de tomada de decisões para sanar, possíveis impasses administrativos, deve-se realizar uma “raio-x” da empresa, para saber qual o melhor caminho a seguir, administrativamente.

De acordo com Chiavenato (2018), ela ruma, apresentando novos modelos administrativos, que permitem maior flexibilidade e tão básicos como, a estrutura matricial, em redes e em equipes.

2.3.8 Administração Rural

O conceito de Administração Rural surge a partir da necessidade de realização do gerenciamento das propriedades agropecuárias, se consolidando ao longo dos anos como mais um dos diversos ramos das ciências administrativas. E a partir das suas teorias e ferramentas orienta e possibilita a gestão da empresa agropecuária, buscando maior eficiência na condução administrativa da propriedade rural (SALUME; SILVA; CHRISTO, 2015).

Inicialmente a administração rural era considerada um ramo da ciência econômica rural, buscando sobretudo, descrever a confiabilidade econômica e as técnicas da produção agropecuária, desse modo a administração rural, atuava prioritariamente na área da produção e na função do controle onde sua atuação estava pautada na realização de atividades compreendendo a adoção de recursos e registros de contabilidade e finanças, sendo a contabilidade a ferramenta de gestão mais difundida (AZER, 2015). Mas, para um melhor entendimento da abordagem construída pela administração rural, faz-se necessário compreender o conceito, em seu livro Administração da Empresa Agrícola, Hoffmann (1987) define a administração rural da seguinte forma.

A administração rural como ramo da ciência administrativa o autor possibilita o acesso as suas teorias, desde a abordagem clássica de Taylor até a moderna teoria do desenvolvimento organizacional, com essa nova abordagem introduziu-se ao conceito de administração rural nas áreas de finanças, comercialização, marketing e recursos humanos, sendo estas áreas tão importantes como a produção (HOFFMANN, 1987, p. 96 *apud* AZER, 2015, p. 2).

De um modo geral o gerenciamento dos estabelecimentos rurais ainda são realizados de maneira arcaica nos dias atuais, e precisam passar por um processo de inovação, a administração rural moderna busca auxiliar o proprietário rural a obter os resultados esperados nos aspectos produtivos, vislumbrando assim, o sucesso do empreendimento rural. O objetivo de uma empresa rural é garantir rentabilidade ao proprietário e a administração rural visa estabelecer a melhor forma a ser empregada na busca para atingir esse objetivo, traçando estratégias para melhor definição dos produtos e serviços desenvolvidos pela propriedade agropecuária a serem disponibilizados para o mercado consumidor. Por outro lado, a administração financeira realiza o planejamento e executa as estratégias financeiras, visando a maximização dos lucros pelo proprietário rural (CREPALDI, 2016).

2.4 GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS

Algumas teorias administrativas destacam que a gestão dos estabelecimentos, independente da especificidade do negócio, é estática, outras defendem o dinamismo, analisando os ambientes externos e internos, como o todo. Analisando a dinâmica ocorrida nos estabelecimentos comerciais urbanos, é possível observar e quase imediatamente concluir que, não se deve aplicar em hipótese alguma, a possibilidade de conduzir a gestão de uma propriedade rural, da mesma forma que se faz a um estabelecimento comercial urbano, visto que, cada uma delas apresentam especificidades que, exigem manobras administrativas que caracterizem sua operação diária.

Para Breitenbach (2014), muitos profissionais que atuam na assistência técnica e extensão rural estão utilizando, equivocadamente, as técnicas administrativas das empresas urbanas de maneira direta na prática da gestão dos estabelecimentos rurais. A aplicação das metodologias administrativas urbanas em propriedades rurais, parte do entendimento que, uma propriedade rural é uma empresa, e deve ser gerida/administrada como tal.

Considerando, que as propriedades também possuem caráter lucrativo, independentemente do tamanho da área produtiva, o uso das técnicas administrativas, visam otimizar o lucro frente aos fatores de produção. Entretanto, o que se deve compreender é que as propriedades rurais, possuem particularidades e quando aplicada as teorias administrativas para análise e gerências de estabelecimentos nos centros urbanos, os atores envolvidos acabam por desconsiderar as especificidades da entidade agrícola. Diante desse equivoco, aumenta a possibilidade da ocorrência de erros no momento da gestão (BREITENBACH, 2014).

Para gerir uma empresa ou propriedade agrícola, deve-se observar, condições como: alguns produtos são ofertados de forma sazonal, defasagem ocorrida no período que compreende o início do investimento e o momento do retorno financeiro, o tempo de trabalho investido na propriedade enquanto empresa é diferente do tempo de trabalho dedicado ao desenvolvimento das atividades produtivas, os produtos são perecíveis, podem ocorrer diminuição do arrecado na comercialização da produção, em razão de muitos produtores estarem fornecendo o mesmo gênero, muito comum em produtos sazonais, ocorrendo um excesso de oferta, bem como, alta arrecadação com a comercialização de produtos gerados em baixa escala, os fatores climáticos oferecem grande risco a produção, visto que a produção tradicional depende exclusivamente deles.

Uma das questões colocadas por Lisboa et al. (2015), é que o produtor necessita enxergar a propriedade como um entidade lucrativa, precisa ainda, se adaptar e tornar-se conhecedor da gestão de propriedade, visto que, um melhor gerenciamento, resultará em menor custo de produção e maior lucratividade.

2.4.1 Instrumentos de Gestão para Propriedades Rurais

Conhecer a condição administrativa da propriedade, proporcionará aos produtores maior segurança na tomada de decisão, uma vez que, o melhor gerenciamento do estabelecimento possibilitará favorecer os lucros e minimizar custos (LISBOA et al, 2015). Pesquisas realizadas por Silva e Andrade (2016), evidenciaram de um modo geral, que os produtores rurais não realizam o gerenciamento das propriedades.

Ter em mãos informações, tais como, recursos humanos disponíveis na propriedade, controle financeiro, quantitativos produzidos e comercializados dentro e fora da propriedade rural (LISBOA et al, 2015; KRUGER et al, 2014), possibilitará os produtores, dispor de ferramentas que favorecem processo de planejamento e a tomada de decisões que visam o desenvolvimento da organização e o controle das atividades desenvolvidas (SILVA e ANDRADE, 2016).

2.4.1.1 Planejamento da Produção

Crepaldi (2016), define o planejamento como um esforço realizado de modo simultâneo e organizado, que visa estimular o desenvolvimento de determinada empresa e/ou associação, por meio da viabilização e execução de metas previamente proposta dentro de um prazo pré determinado, considerando para a realização do mesmo os recursos disponíveis e a metas prioritariamente determinadas.

Das diversas ferramentas de gestão a mais importante delas é o planejamento, a partir dele o gestor irá definir um procedimento, uma linha ou política para atuação. Sem a formulação de um plano a ser seguido, torna difícil a execução das atividades dentro do negócio. Sendo assim, os gestores necessitam primeiro, realizar o estabelecimento de metas dentro da unidade produtiva ou de fornecimento de serviços, e estas devem estar em acordo com as perspectivas do proprietário do negócio. A partir do estabelecimento das metas, o segundo passo a ser seguido pelo gestor é a realização do levantamento da quantidade

recursos disponíveis, bem como a qualidade dos mesmos, de modo que possibilite atender a execução das metas previamente estabelecidas (KAY et al, 2014).

Nas propriedades rurais, de um modo geral existem diversos empreendimentos, e o planejamento rural tem por principal objetivo a organização das estratégias de produção dentro da propriedade, buscando a otimização dos fatores de produção. Considerando que no setor agropecuário, são contabilizados como recursos disponíveis a terra, água, máquinas e implementos, animais, construções e mão de obra de terceiros e que, os recursos disponíveis na propriedade precisam ser alocados dentre os mais diversos usos, uma vez que são concorrentes entre si. A realização do planejamento rural irá possibilitar ao gestor a obtenção de uma maior eficiência técnica e econômica, gerando maior lucratividade ao proprietário (Crepaldi, 2016; KAY et al, 2014).

“O gestor precisa identificar todas as alternativas possíveis, analisá-las e escolher as que mais se aproximam da consecução das metas do negócio, Todas as etapas exigem que o gestor tome cuidadosamente decisões a curto, médio e longo prazos” (KAY et al, 2014. p. 16).

2.4.1.2 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas nas propriedades agropecuárias deixam a desejar em vários aspectos, uma vez que os gestores dos estabelecimentos, por vezes, realizam a contratação de mão de obra não qualificada e sem que esta passe por nenhum treinamento, espera que executem tarefas muito específicas em manejo pecuário e máquinas pesadas (KAY et al, 2014).

De acordo com Kay et al (2014), estudos realizados acerca da prática de contratação e, propriedades rurais, apresentam poucas evidências da execução de programas de treinamento realizados pelos proprietários. É válido ressaltar que, mesmo que o recém contratado seja qualificado, faz-se necessário que lhes seja fornecida algumas instruções acerca da rotina a seguir em um determinado posto de trabalho no estabelecimento. Por outro lado, àqueles contratados menos qualificados, além de trabalhar sob supervisão, devem passar por um período de nivelamento e/ou treinamento, onde, serão instruídos acerca da rotina das atividades na propriedade rural.

2.4.1.3 Controle Financeiro da Produção

A contabilidade rural é uma área do conhecimento administrativo composta por diversas ferramentas imprescindíveis que proporcionam ao gestor do estabelecimento rural as informações acerca da situação patrimonial e o embasamento que auxiliam na tomada de decisões que envolvam as finanças em seus negócios (MARION, 2014).

Segundo Crepaldi (2016), a organização de uma empresa rural é basicamente definida a partir de três áreas administrativas, sendo elas: produção, finanças e comercialização. Faz-se necessário por parte do gestor, o domínio do conhecimento acerca da movimentação financeira no estabelecimento rural, uma vez que, ao lançar mão das informações, por meio dos relatórios gerados pela contabilidade do estabelecimento rural, o gestor poderá avaliar e obter uma visão do todo, auxiliando na tomada de decisões sobre a manutenção ou ajuste do planejamento administrativo primário, visando solucionar problemas que possam acarretar em perdas financeiras para a propriedade.

De um modo geral, as empresas rurais trabalham com diversas culturas em suas áreas produtivas. Essas atividades agropecuárias podem responder de maneira positiva na produção, resultando em índices de produtividade elevados, convertendo-os em retornos financeiros aos proprietários, bem como, é comum que em outras culturas possam ocorrer o inverso e, consequentemente acarretar perdas financeiras (CREPALDI, 2016).

Situações como as descritas anteriormente, evidenciam a importância da prática da administração financeira e da contabilidade rural, onde, as informações obtidas a partir de registros financeiros permitem ao gestor o acesso às informações, não apenas do balanço geral da propriedade, mas, também sobre cada uma das unidades produtivas presente no estabelecimento (CREPALDI, 2016).

E, esses relatórios financeiros esclarecem o balanço entre as receitas e despesas, tanto no geral, como em cada cultura produzida, de modo individual. Essas informações permitem o gestor suprimir a produção das culturas que não apresentam os lucros esperados ou pouco lucrativas, reinvestindo os recursos financeiros naquelas com maior margem de lucro (KAY et al, 2014).

2.4.1.4 Gestão de Qualidade da Produção

Kay et al (2014), afirma que os gestores são os instrumentos mais importantes em qualquer empreendimento, entretanto mesmo que este seja experiente, as habilidades

gerenciais deverão ser frequentemente atualizadas, especialmente se o gestor atua em atividades agropecuárias, uma vez que elas estão em constante evolução. Os gestores de empresas rurais necessitam deter o conhecimento que fazem mover as tecnologias como, a nutrição animal, melhoramento genético, fisiologia vegetal e até a mecânica rural, somente a partir dos domínios desses conhecimentos tornar-se-á mais fácil as aplicações dos princípios de gestão da produção.

A Administração da Produção consiste no gerenciamento e controle das operações físicas de um empreendimento. O termo pode ser empregado nos mais diversos tipos de atividades utilizadas em estabelecimentos nos processos de fabricação de produtos e naqueles que trabalham com prestação de serviços, focando sempre na maximização da produtividade melhorando a eficiência da mão de obra utilizada (GUOLO e PARIS, 2015).

2.4.1.5 Marketing e Comercialização

O conceito gerencial do marketing o descreve como “a arte de vender produtos”, no entanto a característica mais importante dele, não é vender, e as vendas resultantes das ações são apenas uma pequena fração do todo. O principal objetivo das ações de marketing consiste em entender os anseios dos clientes, de tal modo que, o produto ou serviço ofertado pela ação, por si, se venda. Basicamente no cenário ideal, o marketing precisar resultar em um cliente disposto a adquirir o produto ou serviço. A partir daí a única saída possível, é, tornar disponível a ele o produto ou serviço. Nesse sentido mais que vender, “o marketing compreende a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais” (KOTLER e KELLER, 2012).

Entretanto, segundo Salumé et al. (2015), o marketing e a comercialização, nada mais são que um conjunto de ações cooperativas que ocorrem a partir do processo de identificação e captação de um potencial cliente para comercialização de bens ou serviços. E no contexto do agronegócio, geralmente são referenciados como uma atividade que ocorrem conjuntamente e como podem ocorrer de diversas formas: estão exposto na relação do produtor com a loja de insumos agropecuários; no processo de negociação do agricultor com a agroindústria, cooperativa ou ainda a rede de comércio da cidade; no processo da venda direta ao consumidor em feiras livres; dentre outros.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com produtores rurais, que comercializam os produtos agropecuários nas feiras livres dos municípios de Alagoa Grande, Areia e Remígio, localizados na macrorregião do Semiárido Paraibano.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

3.1.1 Município de Alagoa Grande

Figura 1 – Mapa do município de Alagoa Grande, estado da Paraíba.



Fonte: Adaptado Google Maps, 2020.

3.1.1.1 Localização e Acesso

Alagoa Grande é um município paraibano que possui uma área territorial de 320,563km², equivalente a 0,56% da área total do Estado da Paraíba, localizado na microrregião do Brejo Paraibano e na mesorregião Agreste Paraibano, distante a 118 km da capital Joao Pessoa, os acessos ocorrem pelas rodovias BR230/PB079. Os limites geográficos do município se dão com os municípios de: Juarez Távora, Areia, Mulungu, Massaranduba, Gurinhém, Alagoa Nova, Alagoinha, Matinhas e Serra Redonda, situado a 143 metros de altitude, o município de Alagoa Grande, possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 4' 56" S e 35° 35' 57" W.

3.1.1.2 Aspectos Socioeconômicos

Alagoa Grande foi emancipado em 21 de outubro de 1864, apresentou no censo populacional 2010, um total de 28.479 habitantes, sendo, 61,56% da população residente em área urbana e 38,44% na zona Rural do município. A Densidade demográfica no município é de 88,84 habitantes/km² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,582. IBGE(2010). A renda per capita municipal é de R\$9.333,42 (IBGE, 2017).

O salário médio mensal era equivalente a 1,7 salários mínimos em 2017, quando comparado a população total do município a proporção de pessoas ocupadas era de 6,9%. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes compreendendo a faixa etária de 6 a 14 anos era de 97,4% em 2010. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB/2017, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública de ensino é de 4,3 e 3,3, respectivamente, segundo o Ministério da Educação - MEC.

Em 49,4% dos domicílios do município, apresentam sistema de esgoto sanitário adequado, 20,7% dos domicílios urbanos em vias públicas, apresentam urbanização adequada, tais como, presença de calçada, pavimentação, bueiros e meio fio e 85,4% com arborização. Com economia tendo como base, o comércio local, pecuária e agricultura, artesanato, e a cana-de-açúcar, cujo destaque, é o engenho produtor da Volúpia, que acumula no seu histórico várias premiações no Brasil, sendo distribuídas para o mercado a nível nacional e internacional.

3.1.1.3 Aspectos Fisiográficos

Alagoa Grande está inserido na unidade agroambiental denominada dissecadas diversas, com clima quente e úmido, o relevo apresenta-se movimentado e moderadamente dissecados, solos com ocorrência de *Litólicos*, *Bruno não Cálcico* e *Latossolos*, que apresentam como características, solos de baixa fertilidade, considerados pobres e rasos, com exceção das áreas de vales estreitos e profundos. Coberto por uma vegetação que apresenta características de floresta formada por caatinga, *caducifólia* e regiões de cerrado. (CPRM, 2005).

3.1.2 Município de Areia

Figura 2 – Mapa do município de Areia, estado da Paraíba.



Fonte: Adaptado Google Maps, 2020.

3.1.2.1 Localização e Acesso

Com área de 266,596km², equivalendo a 0,47% da área total do Estado da Paraíba, o município de Areia, está localizado na microrregião do Brejo Paraibano e na mesorregião Agreste Paraibano, distante a 130 km da capital Joao Pessoa, os acessos ocorrem pelas rodovias BR230/PB087/PB079. Os limites geográficos do município se dão com os municípios de: Arara, Serraria e Pilões ao norte, Alagoa Grande e Alagoa Nova ao Sul, Remígio a oeste e Alagoinha a Leste, situado a 623 metros de altitude, Areia possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 57' 42" S e 35° 41' 43" W.

3.1.2.2 Aspectos Socioeconômicos

Emancipada em 18 de maio de 1846, apresentou no censo realizado no ano de 2010, um total de 23.829 habitantes, sendo, 61,27% da população residente em área urbana e 38,73% na zona Rural do município. A Densidade demográfica no município é de 88,4 habitantes/km² e o IDHM é de 0,594 segundo o IBGE(2010). A renda per capita municipal é de R\$10.216,75 (IBGE, 2017).

O salário médio mensal era equivalente a 1,6 salários mínimos em 2017, quando comparado a população total do município a proporção de pessoas ocupadas era de 7,9%. A

taxa de escolarização de crianças e adolescentes compreendendo a faixa etária de 6 a 14 anos era de 97,5% em 2010. O IDEB/2017, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública de ensino é de 4,2 e 3,1, respectivamente, segundo o MEC.

Em 41,9% dos domicílios do município, apresentam sistema de esgoto sanitário adequado, 13,7% dos domicílios urbanos em vias públicas, apresentam urbanização adequada, tais como, presença de calçada, pavimentação, bueiros e meio fio e 35,6% com arborização, dados do IBGE.

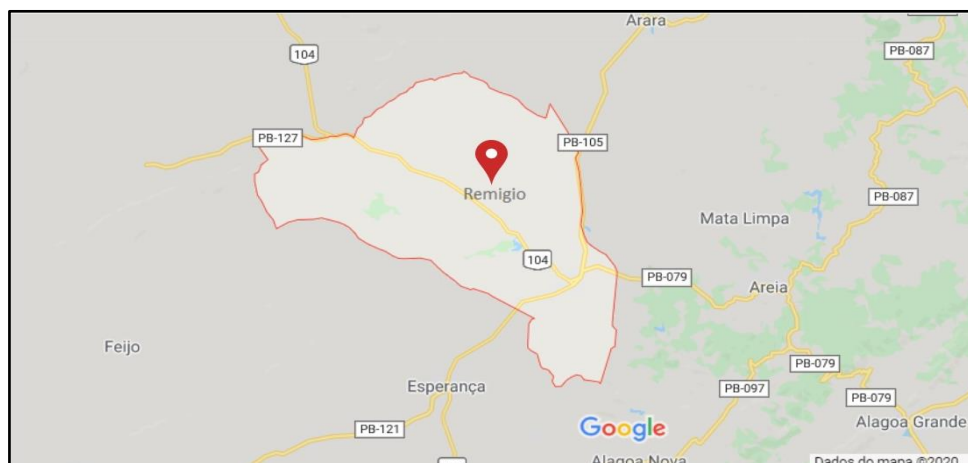
O município de Areia, tem sua economia local pautada na produção de aguardente, rapadura e mel de engenho e também na agricultura e na pecuária.

3.1.2.3 Aspectos Fisiográficos

Inserido na unidade agroambiental denominada Planalto da Borborema, o município de Areia apresenta clima tropical chuvoso, com verão seco e um relevo geralmente acidentado, com vales profundos e estreitos dissecados, com ocorrência de *Planossolos*, *Podzólicos*, *Litólicos* e Afloramento de Rochas. Solos cuja fertilidade apresentam imensa variação, com predominância de média para alta. Vegetação apresenta características de brejos e de altitude acima de 600m, compreendendo aspectos tanto da Mata Atlântica (floresta *Ombrófila Densa*) quanto da caatinga (*Savana Estépica*). (CPRM, 2005).

3.1.3 Município de Remígio

Figura 3 – Mapa do município de Remígio, estado da Paraíba.



Fonte: Adaptado Google Maps, 2020.

3.1.3.1 Localização e Acesso

Com área de 180,897km², equivalendo a 0,32% da área total do Estado da Paraíba, o município de Remígio, está localizado na microrregião do Curimataú Ocidental e na mesorregião Agreste Paraibano, distante a 109,7 km da capital Joao Pessoa, os acessos ocorrem pelas rodovias BR230/BR104. Os limites geográficos do município se dão com os municípios de: Areia, Solânea, Esperança, Arara, Pocinhos e Algodão de Jandaíra, situado a 535 metros de altitude, Areia possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 53' 30" S e 35° 49' 51" W.

3.1.3.2 Aspectos Socioeconômicos

Emancipada em 31 de março de 1957, apresentou no censo realizado no ano de 2010, um total de 17.581 habitantes, sendo, 73,68% da população residente em área urbana e 26,32% na zona Rural do município. A Densidade demográfica no município é de 98,77 habitantes/km² e o IDHM é de 0,607 segundo o IBGE (2010). A renda per capita municipal é de R\$ 8.630,05 (IBGE, 2017).

O salário médio mensal era equivalente a 1,6 salários mínimos em 2017, quando comparado a população total do município a proporção de pessoas ocupadas era de 6,8%. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes compreendendo a faixa etária de 6 a 14 anos era de 97,1% em 2010. O IDEB/2017, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública de ensino é de 4,8 e 3,7, respectivamente, segundo o MEC.

Em 52,5% dos domicílios do município, apresentam sistema de esgoto sanitário adequado, 12,9% dos domicílios urbanos em vias públicas, apresentam urbanização adequada, tais como, presença de calçada, pavimentação, bueiros e meio fio e 76,1% com arborização, dados do IBGE. O município de Remígio tem sua economia, baseada no comercio local, agricultura e pecuária.

3.1.3.3 Aspectos Fisiográficos

O município de Remígio está situado na unidade agroambiental denominada Planalto da Borborema, apresenta clima semiárido, com verão seco e um relevo com superfícies

variando de onduladas suave a onduladas, com ocorrência de *Planossolos*, *Podzólicos*, *Litólicos* e Afloramento de Rochas. Solos, com fertilidade natural alta, entretando, com ocorrência de problemas relacionados a salinização. Vegetação apresenta-se nas formas de florestas *Subcaducifólica* e *Caducifólica*, características das áreas de agreste (CPRM, 2005).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM

Participaram da pesquisa Produtores Rurais, enquadrados na condição de Agricultores Familiares, que produzem alimentos nas formas, tradicional e agroecológicas que realizam a comercialização dos mesmos nas feiras livres dos municípios de Alagoa Grande, Areia e Remígio, localizados na macrorregião do semiárido Paraibano, de acordo com a classificação realizada no ano de 2017, pelo IBGE e pela SUDENE.

3.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS

Foram entrevistados 88 produtores rurais, todos enquadrados nas características de Agricultores Familiares, por meio de visita *in loco*, nas feiras livres para comercialização, localizadas nos seguintes municípios: 1 - Alagoa Grande; 2 – Areia; e 3 – Remígio. As feiras são caracterizadas por barracas armadas, em via pública localizada no centro da cidade e, no dia da semana reservado para a comercialização no município citado, de modo geral ocorrendo no período da manhã, no horário das 5h às 12h.

Figura 4 – Feiras livres para comercialização dos produtos agropecuários



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020. (A) Feira Livre do município de Alagoa Grande; (B) EcoBorborema: Feira Agroecológica de Remígio; (C) Feira Livre do município de Remígio.

Nas feiras livres, não ocorrem a comercialização exclusiva de produtos agropecuários, são subdivididas em seções, sendo elas, a seção agrícola, onde é realizada a comercialização de frutas, hortaliças e legumes, raízes, etc. A seção pecuária, onde é realizada a comercialização de produtos cárneos, tais como, ovinos, caprinos, bovinos, aves, suínos, peixes, etc. E a outra seção contendo confecções (roupas e calçados), utensílios domésticos e eletroeletrônicos, esse formato de feira gera um grande de pessoas, dentre comerciantes e consumidores.

Para a realização da coleta dos dados, foram visitadas as seções de comercialização de produtos agrícolas e pecuários, onde, por meio de abordagem espontânea o entrevistado foi inquirido sobre a sua forma de produção dos produtos comercializados, ao constatar que o mesmo, se enquadra na condição de agricultor familiar, com base na lei nº 11.326/2006 do MDA, realizava-se apresentação do projeto de maneira sucinta e objetiva e, as condições para participação, após essa etapa, mais um vez o candidato foi indagado sobre a sua livre vontade em participar do trabalho na condição de entrevistado, após resposta afirmativa, estes realizaram a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE, baseados nas diretrizes das Resoluções CN/MS nº 466/2012 e CNS/MS nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS do Ministério da Saúde – MS.

Após a assinatura do TCLE pelos agricultores, foi realizada a aplicação de questionários semiestruturados contendo questões objetivas com respostas de múltipla escolha e discursivas, apresentadas da seguinte forma: a primeira parte constituiu da coleta de informações socioeconômicas e a segunda parte compôs as informações acerca da caracterização das propriedades e, a terceira para constituiu da coleta de informações referente a utilização das ferramentas de gestão. Os questionários foram aplicados nos meses de Fevereiro, Março e Abril de 2020, juntos aos produtores rurais, que comercializam seus produtos agropecuários nas feiras livres da Agricultura Familiar Tradicional e Orgânica, nos municípios objeto da pesquisa.

Dessa forma, foi uma pesquisa de caráter exploratório, uma vez que, visou o levantamento de dados, para realização de um diagnóstico com a metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, a fim de conseguir compreender as práticas de gestão adotadas pelos produtores participantes do estudo.

Assim sendo, a metodologia qualitativa da pesquisa busca compreender o comportamento social dos atores envolvidos, por meio de estudo das experiências vividas, buscando compreender a motivação do desenvolvimento de comportamentos particulares, seja, em um determinado grupo ou individualmente. É um recurso que auxilia na compreensão e interpretação de comportamentos e tendências, bem como, expor o discernimento dos

atores estudados e suas expectativas, por meio das hipóteses apontadas nos dados (ADAMS, 2017; ALENCAR, 2017; ARAÚJO, 2017).

Enquanto a metodologia quantitativa busca por meio da quantificação dos dados coletados, comprovar ou descartar a hipótese anteriormente levantada.

3.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados obtidos foram transcritos em planilhas eletrônicas e analisados, por meio da estatística descritiva e distribuição de frequência percentual.

A estatística descritiva teve por objetivo agrupar resumidamente os valores de mesma natureza, por meio de um conjunto de técnica que buscam, além de descrever, realizar a análise e interpretação dos dados extraídos da amostra e neles descritos. Compõe a fase inicial de qualquer estudo a ser realizado, uma vez que, somente após a realização da descrição dos dados é que se define a análise seguinte (FONSECA, 2010; MANCUSO et al, 2018).

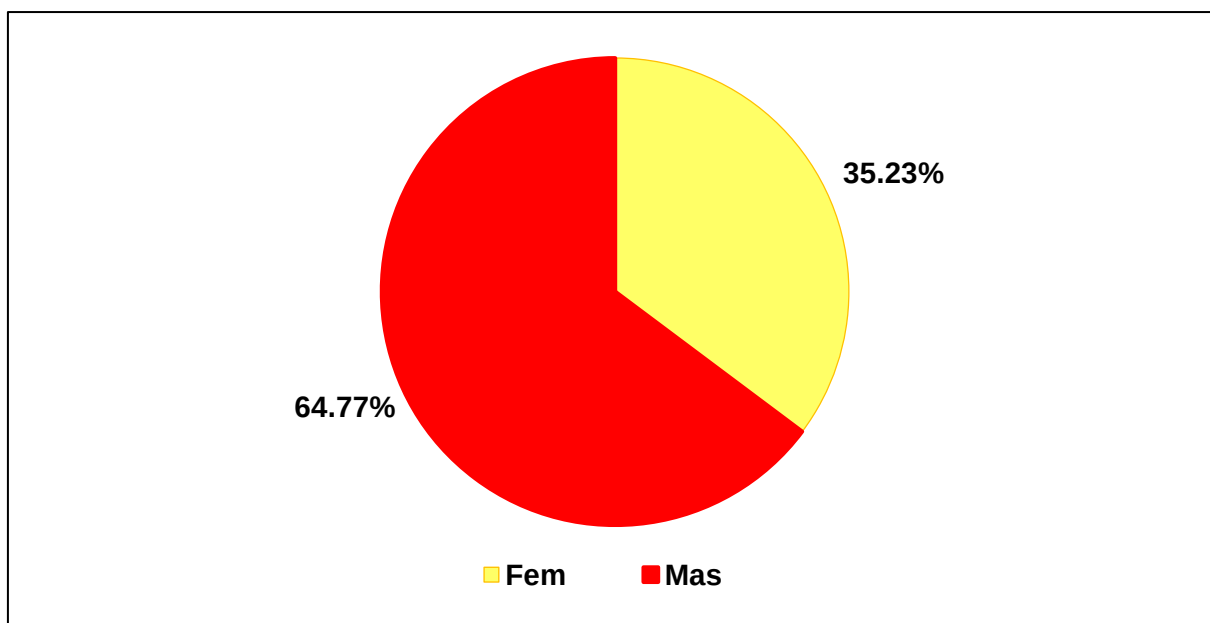
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA

Nesta seção buscou-se conhecer o perfil socioeconômico dos produtores rurais pesquisados.

Dos produtores estudados, 64,77% são sexo masculino e 35,23% são do sexo feminino, demonstrando a predominância de homens nas atividades de gestão das propriedades, sendo ele, o responsável pela aquisição dos insumos e comercialização dos produtos agropecuários produzidos pela propriedade rural. Conforme pode ser visto na Figura 5.

Figura 5 – Chefes de Famílias das Propriedades Rurais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados encontrados são semelhantes aos levantados por Da Rosa et al. (2017), indicando que a predominância masculina nas execuções de atividades nas propriedades rurais é recorrente e significativa.

Dos proprietários rurais entrevistados, constatou-se que 37,50% dos participantes encontram-se na faixa etária acima de 50 anos, e 32,95% entre 41 e 49 anos, se somados

pode-se observar que 70,45% dos gestores de propriedades rurais estão acima dos 40 anos. O que pode ser observado nos dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Faixa etária da amostra entrevistada

Faixa Etária	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Até 20 anos	3,41	-
De 21 a 25 anos	3,41	6,82
De 26 a 30 anos	5,68	12,50
De 31 a 35 anos	5,68	18,18
De 36 a 40 anos	11,36	29,55
De 41 a 49 anos	32,95	62,50
A partir de 50 anos	37,50	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Nota-se tendência de envelhecimento da população entrevistada. Sabe-se que a população brasileira está em processo de envelhecimento. Conforme os resultados do XII Recenseamento Geral do Brasil do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de idosos (acima de 65 anos) aumentou de 5,9% em 2000 para 7,4% em 2010 (IBGE, 2010).

Resultados semelhantes foram encontrados por Lisboa et al (2015) e Correio et al (2019), que pesquisas realizadas constataram que os agricultores familiares ativos nas propriedades rurais apresentavam predominância com idade média acima dos 40 anos, evidenciando pouco interesse dos jovens em continuar nas atividades.

A tendência no processo de envelhecimento da população do campo, deve ser analisada com cautela e, esses resultados devem ser tomados como alerta, eles evidenciam que, os jovens, filhos dos agricultores não têm demonstrado interesse na continuidade das atividades agropecuárias, e esse comportamento é reforçado pela ideia fortemente reafirmada que, a atividade rural não oferece garantias na melhoria da qualidade de vida do homem e da mulher do campo, reforçando a certeza que, em busca de melhor qualidade de vida o jovem deve sair do meio rural e buscar emprego e renda na zona urbana.

A desvalorização do homem do campo, bem como, dos produtos comercializados pelo mesmo, é recorrente e reforça ainda mais, a descrença do jovem rural sobre a possibilidade de prosperar financeiramente, se este permanecer na propriedade rural.

Entretanto, deve-se atentar que a população residente na zona urbana possui grande demanda por alimentos, e estes são produzidos pelas propriedades que encontram-se na zona rural, assim, tem-se a partir desse cenário dois fatores que devem ser analisados minuciosamente, o primeiro refere-se ao envelhecimento da população ativa responsável pela produção de alimentos, esse envelhecimento reflete diretamente na capacidade da força de trabalho do homem do campo e, conseqüentemente na produtividade da lavoura, impactando na quantidade total do alimento produzido, uma vez que, o vigor de um homem aos 45 anos não é mesmo de um jovem aos 25 anos de idade.

O outro fator, é a necessidade da fixação do jovem no campo, uma vez, que será ele que substituirá a mão de obra do ancião no processo de produção de alimentos. Assim, o desenvolvimento de políticas públicas, bem como, capacitação técnica do jovem voltada para a produção de alimentos, tornam-se necessárias. Somente com o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas de fixação do jovem no campo, irá minimizar o êxodo rural, e conseqüentemente a possível escassez de alimentos futuros, por falta de mão de obra qualificada para sua produção, agravando por sua vez, o cenário da fome no mundo.

Em relação ao nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados, constatou-se que 13,64% não são alfabetizados, entretanto 32,95% possuem nível básico de escolaridade, 30,68% são de nível fundamental, 19,32% estão com nível médio de ensino e 2,27% possuem algum curso de nível superior, conforme resultado apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Grau de Escolaridade da Amostra Entrevistada

Escolaridade	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Não Alfabetizado	13,64	-
Ensino Básico	32,95	46,59
Ens. Fundamental	30,68	77,27
Ensino Médio	19,32	96,59
Superior Completo	2,27	98,86
Superior Incompleto	1,14	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O nível de escolaridade dos agricultores familiares, influencia no interesse na busca por novos conhecimentos e na implantação de novas tecnologias agrícolas que visem potencializar a produtividade do seu estabelecimento agropecuário, bem como, no processamento das informações recebidas em espaços de capacitação.

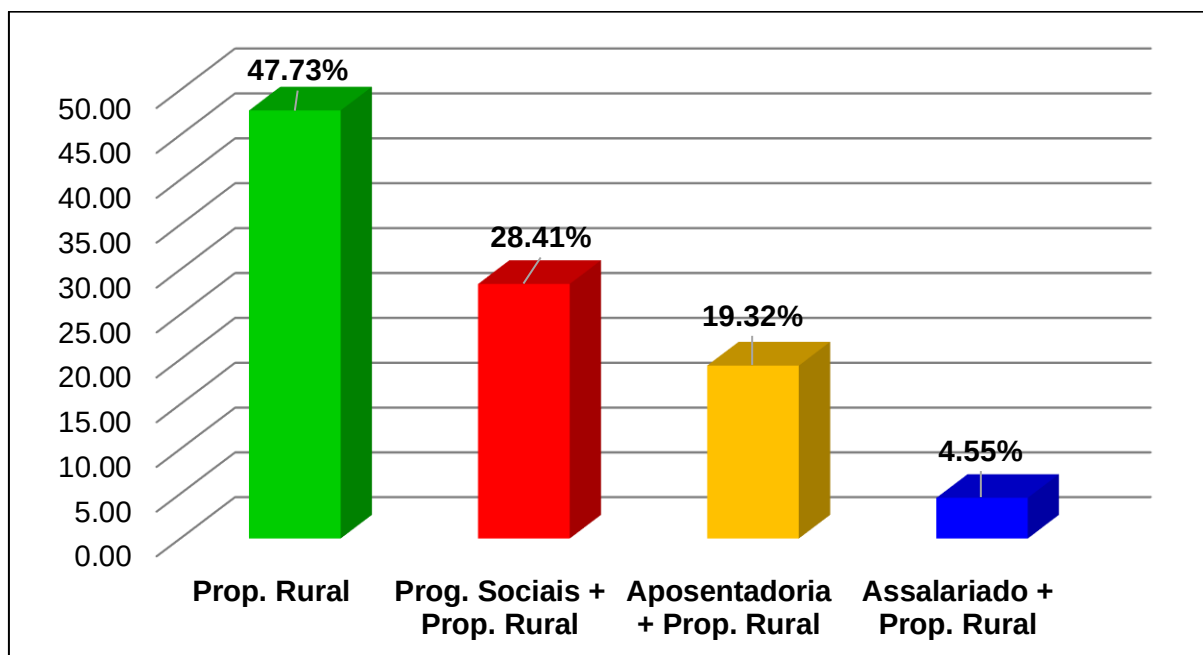
Os resultados se assemelham aos encontrados por Lisboa et al (2015) em estudo realizado no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, no tocante a maior concentração da escolaridade nos níveis fundamental e médio pelos agricultores pesquisados, entretanto diferem nos demais níveis, uma vez que, nos resultados apresentados por Lisboa et al (2015), identificou dentre os agricultores participantes da pesquisa que 21,74% possuíam nível superior completo e 17,39% possuíam pós graduação.

Essa diferença na escolaridade apresentada nos resultados da pesquisa pode ser explicada pelo potencial produtivo e exportador da região Sudeste, cuja principal fonte de renda das famílias provém das atividades agropecuárias, proporcionando maior conscientização e induzindo aos jovens buscarem profissionalizar-se no ramo, e como resultados, obtém-se maiores índices de produtividade e fixação do jovem no meio rural.

Ademais, convém destacar que essas diferenças regionais, podem ser explicadas pela própria estrutura educacional dos estados, uma vez que a Paraíba, notadamente, assume um nível de escolarização inferior ao estado de Minas Gerais, conforme aponta IPEADATA (2014).

Os produtores rurais foram ainda questionados sobre a origem da renda família, e após análise observou-se que, para 47,73% deles a renda é oriunda exclusivamente da produção agropecuária da propriedade, para 28,41% dos proprietários a renda era resultante do somatório dos itens produzidos na propriedade e de valores recebidos advindos de programas sociais do governo, como por exemplo, o Bolsa Família. 19,32% a renda era composta do valor recebido pelo INSS, referente à aposentadoria por idade e o produzido e 4,55% possuem proventos majoritariamente oriundos de salários fixos, uma vez que, trabalham fora da propriedade, e estes, são complementados pelos ganhos oriundos dos gêneros produzidos nas propriedades rurais. Os resultados podem ser visualizados na Figura 6.

Figura 6 – Fonte de Renda das Famílias nas Propriedades Rurais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados obtidos pela pesquisa divergem daqueles levantados por Kageyama (2001), que ao executar um trabalho cujo objetivo foi estudar as diversas fontes de rendas das famílias rurais no Brasil, identificou que apenas 36% dos domicílios rurais investigados possuíam complementação de fonte de renda advinda de atividades não agrícola e, destes 27% foram oriundos de aposentadoria, e destas, 20% das propriedades, os recursos provenientes das aposentadorias representavam mais de dois terços da total familiar.

Entretanto, corroboram os resultados obtidos por Bezerra e Schlindwein (2015), que ao realizarem um estudo no município de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, onde constataram a maioria dos agricultores familiares entrevistados possuíam renda complementar fora da propriedade, oriunda de mais de uma fonte de renda complementar, no entanto, em algumas das propriedades partícipes do estudo a fonte de renda complementar advinha de recursos da previdência social.

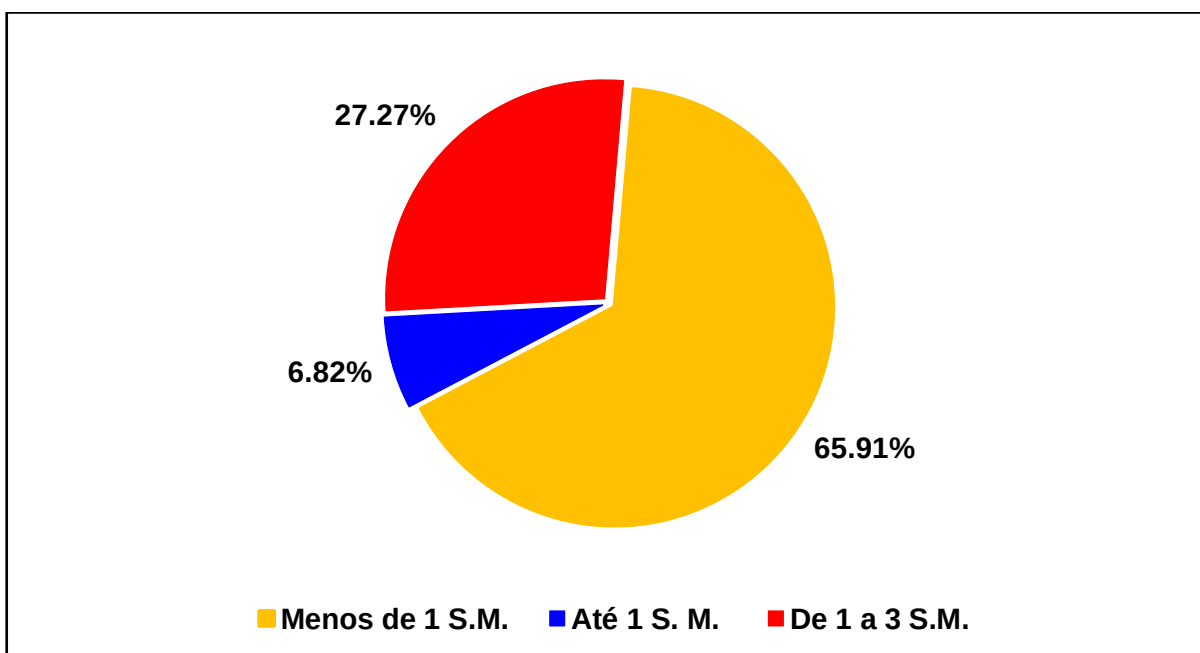
Os resultados obtidos, são expressivos, uma vez que, evidenciaram que a maioria dos agricultores familiares, não sobrevivem com renda exclusivamente oriunda da produção agropecuária, diversos fatores podem contribuir para esses resultados, dentre eles, a propriedade não ser considerada pelos produtores como uma empresa rural, e ainda, o hábito das famílias realizarem a produção apenas para subsistência, por sua vez, não explorando o potencial produtivo da área em sua totalidade, subestimando assim, os valores financeiros

totais obtidos pela comercialização dos produtos e consequentemente a renda per capita familiar.

A renda per capita é obtida a partir da divisão da renda total pelo número de pessoas que compõem o núcleo familiar, ou seja, o valor é encontrado a partir da soma de todos os rendimentos da família, tais como, Lucro da atividade agrícola, pensão e aposentadorias, auxílios e salários, o valor final obtido, é dividido pelos componentes totais da família, incluindo àqueles que não possuem nenhuma renda, o resultado final encontrado, configura a renda per capita familiar.

Dessa forma, Figura 7 mostra a distribuição percentual das famílias dos Agricultores Familiares entrevistados, a partir da renda per capita familiar.

Figura 7 – Renda Per Capita das Famílias nas Propriedades Rurais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Assim, de acordo com os valores apresentados na Figura 7, identificou-se que da amostra coletada, a maioria das famílias produtores possuem renda per capita familiar menor que um salário mínimo, constatou-se também que 6,82% das famílias possuem renda per capita de até 1 salário mínimo enquanto 27,27% dos entrevistados afirmam que a renda familiar varia de 1 a 3 salários mínimos per capita.

Por tais resultados, evidencia-se que a maioria dos produtores apresenta um perfil de rendimento alinhado com aquele registrado para estado da Paraíba, que segundo o IBGE

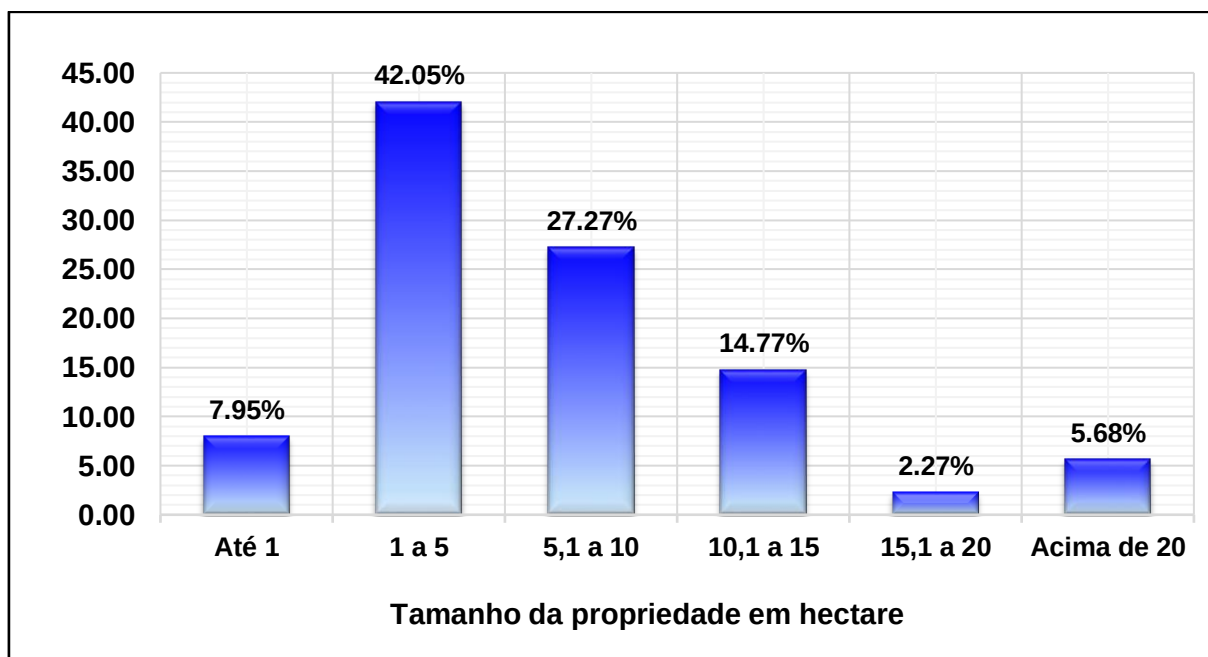
(2019) é de R\$ 929,00, quando de acordo com a medida provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de Janeiro, o valor do salário mínimo pago ao trabalhador é equivalente a R\$ 1.045,00.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Nesta seção pretende-se conhecer as características das propriedades estudadas.

A Figura 8, traz informações sobre o tamanho total da área das propriedades, definido em hectare.

Figura 8 – Descrição das propriedades pesquisadas quanto área total



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

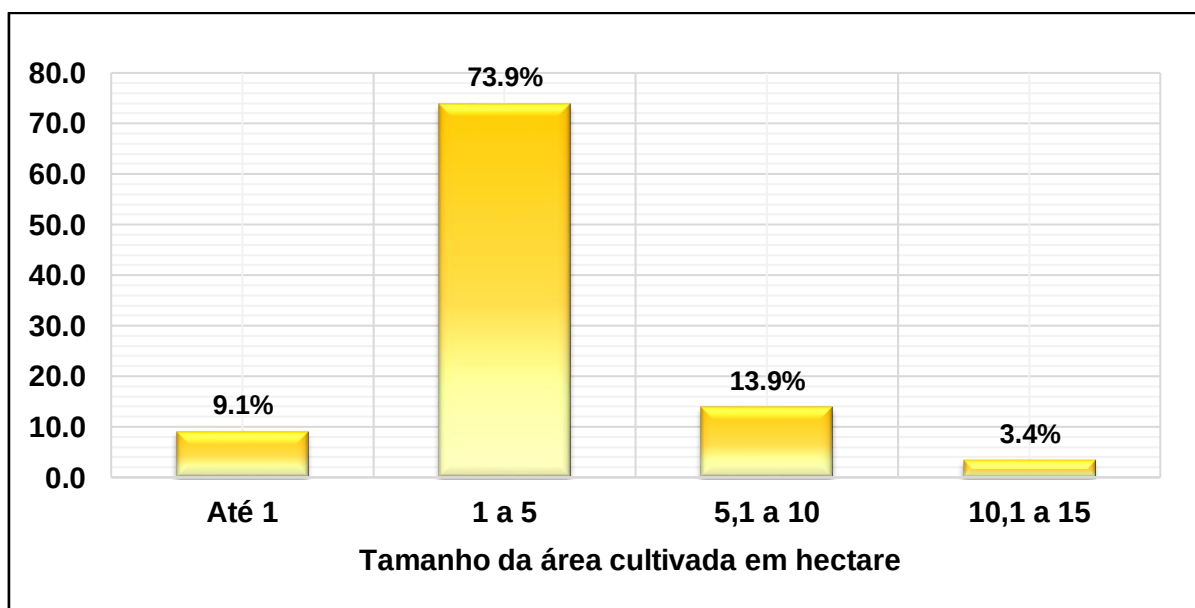
Após análise dos dados coletados nas feiras livres dos municípios de Alagoa Grande, Areia e Remígio, é possível observar que a maioria dos agricultores entrevistados são pequenos produtores, visto que, 94,32% dos entrevistados afirmaram que suas propriedades possuem áreas com tamanho de até 20ha, destes 42,05% dispõe de uma propriedade com área total de até cinco hectares e 27,27% afirmam que suas propriedades possui áreas com tamanhos variando entre 5,1 e 10ha.

A maioria dos agricultores familiares entrevistados afirmaram que adquiriram suas áreas por meio de herança proveniente dos pais e, esse fato pode justificar a alta incidência de propriedades com áreas contendo tamanho de até cinco hectares, uma vez que, as famílias são numerosas e, resultavam em maiores números de parcelas no momento da divisão das áreas pelos descendentes e consequentemente aquelas destinada a cada um dos herdeiros, se torna menor, em função da divisão em inúmeras fatias iguais.

Os resultados demonstrados na figura 8, corroboram com os valores encontrados por Bezerra e Schlindwein (2015), em pesquisa realizado no município de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, onde constatou que a maioria dos proprietários rurais possuem áreas de até 10ha.

Dentre as propriedades objeto do estudo, foi realizado o levantamento acerca da área destinada a produção agropecuária, a figura 9 traz as informações referentes ao tamanho medido em hectare das áreas destinadas a implantação das culturas pelos agricultores familiares.

Figura 9 – Descrição das propriedades pesquisadas quanto área produtiva



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No que concerne a área destinada à produção, 73,9% dos produtores afirmam utilizar entre 1 e 5ha da área total da propriedade para produção agropecuária. 13,6% dos produtores afirmam utilizar entre 5,1 e 10ha da total disponível, enquanto 9,1% utilizam até um hectare.

Dentre os agricultores familiares que destinavam apenas um hectare da área total das propriedades para implantação das atividades agropecuárias, uma particularidade foi observada, esta refere-se ao tipo de atividade agrícola estabelecida. Nas áreas produtivas desse grupo de agricultores específico, constatou-se a realização exclusiva do cultivo de culturas agrícolas, tais como, olerícolas e raízes, justificaram ainda a escolha desse tipo de cultura, por estas não demandarem grandes áreas para implantação e ainda, pela maior rotatividade dos recursos financeiros, uma vez, que o ciclo produtivo destas são curtos.

Apenas 3,4% dos entrevistados utilizam áreas produtivas que variam de 10,1 a 15ha para implantação das culturas. E, nenhum dos entrevistados ultrapassou 15ha de área produtiva para realizar a produção agropecuária na propriedade.

Tomich et al (2004) e Niero et al (2020) encontraram resultados semelhantes referentes à área destinadas à produção, onde 54,35% e 50% das propriedades entrevistadas utilizavam até cinco hectares da área disponível total para a produção agropecuária, quando realizaram um estudo objetivando caracterizar os sistemas produtivos em propriedades rurais nos municípios de Corumbá no MS e Curitiba no estado de Santa Catarina, respectivamente.

A escassez de mão de obra, bem como, a baixa tecnologia empregada nos sistemas de produção característicos da agricultura familiar, podem explicar a subutilização das áreas totais com potencial produtivo por parte dos proprietários. Outro fator, pode estar relacionado ao modo como o agricultor familiar vislumbra a propriedade.

Ademais, ao analisar propriedades com sistema de produção que se enquadram no modelo da agricultura familiar, é quase natural, constatar na prática a realização da atividade agropecuária executada no modo da agricultura de subsistência. No entanto, a agricultura de subsistência é um tipo de atividade, cujo objetivo, é exclusivamente a produção de alimentos que garantam a sobrevivência do agricultor e do seu núcleo familiar, ou seja, tem por finalidade suprir as demandas alimentares das famílias rurais.

E, ao se deter à realização da produção agrícola para subsistência, os agricultores familiares não possibilitam que a propriedade expresse a capacidade produtiva em sua totalidade, e as consequências dessas ações refletem na baixa lucratividade e por conseguinte no capital giro a ser empregado na replantação das culturas utilizadas como fonte de renda nas propriedades rurais. À vista disso, deve-se realizar um trabalho de esclarecimento e conscientização junto aos agricultores acerca da potencialidade produtiva do seu estabelecimento rural e a importância econômica destes na comunidade que fazem parte, bem como, orientação nas áreas administrativa e técnica de produção, visando o melhor

aproveitamento da área que apresenta potencial produtivo e, ainda, melhorias nas condições socioeconômicas das famílias resultando na maior fixação do homem no campo.

Na tabela 3, é possível observar a discriminação das atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais. É importante frisar que nesse indicador foi possível o produtor familiar informar mais de uma opção no momento de citar as atividades praticadas nas propriedades. Dessa forma os dados aqui apresentados, evidencia a quantidade de propriedades que desenvolvem determinadas atividades agropecuárias.

Tabela 3 – Atividades Econômicas das Propriedades Rurais

Atividade Agropecuária	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Feijão	46	9,58
Macaxeira	41	8,54
Banana	41	8,54
Milho	41	8,54
Coentro	39	8,13
Avicultura	35	7,29
Alface	34	7,08
Cebolinha	26	5,42
Couve	24	5,00
Batata Doce	23	4,79
Manga	19	3,96
Bovino de Corte	19	3,96
Suinocultura	17	3,54
Acerola	15	3,13
Laranja	14	2,92
Pimentão	13	2,71
Maracujá	11	2,29
Bovino de Leite	10	2,08
Caprinocultura	8	1,67
Piscicultura	2	0,42
Apicultura	2	0,42
Total	480	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Assim, dos 88 chefes de famílias entrevistados, foram obtidos 480 respostas sobre atividades desenvolvidas, destas, 30 propriedades produzem exclusivamente culturas agrícolas e apenas uma propriedade realizava a produção exclusiva da atividade pecuária. Dentre as culturas produzidas as mais frequentes são: o feijão presente em 46 propriedades entrevistadas, representando 9,58% das respostas acerca das atividades agrícolas desenvolvidas, seguidos da Macaxeira, Milho e Banana presentes em 41 das 88 propriedades, correspondendo a 8,54% das atividades desenvolvidas nas propriedades e coentro produzido em 39 propriedades representando 8,13% das atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares dos municípios pesquisados.

Das 88 propriedades, 58 informaram realizar produção pecuária, dentre elas, a mais comum é a produção avícola presente em 35 das 58 propriedades, correspondendo a 7,29% das atividades presentes nas propriedades agropecuárias, seguida da bovinocultura de leite e de Corte presentes em 28 propriedades, sendo que dezoito delas produzem apenas bovinocultura de corte e nove das propriedades produzem apenas bovinocultura de leite, representando 6,04% das atividades. A suinocultura está presente em 17 propriedades, número equivalente a 3,54%, caprinocultura em oito propriedades, representando 1,67% e piscicultura e apicultura em duas propriedades respectivamente, representando assim 0,84% das atividades praticadas pelos agricultores entrevistados.

Resultados semelhantes, referentes a diversificação da produção de culturas nas áreas produtivas foram encontrados por Baracho et al (2016), ao realizar caracterização a produção agrícola dos projetos de assentamentos no estado do Rio Grande do Norte e Santos et al (2019), ao avaliar a importância dos quintais produtivos para agricultura familiar no estado do Pará.

Os resultados obtidos indicam que há uma tendência à diversidade nas culturas produzidas, pela via da integração horizontal das cadeias produtivas nas propriedades com características da agricultura familiar, apontando que os produtores, em sua maioria, não são adeptos do monocultivo, além disso, a diversificação das atividades agropecuária viabiliza realização do melhor aproveitamento da área produtiva, bem como do melhor uso dos nutrientes disponíveis no solo, por meio da consorciação de culturas agrícolas, possibilitando assim, uma produção mais ecologicamente correta.

Para Oliveira (2019) e Costa (2019), o consórcio de culturas caracteriza-se pela produção de duas ou mais culturas em uma única área e ao mesmo tempo, bastante utilizado na prática do cultivo de culturas olerícolas, ressalta ainda, que a realização do consórcio das culturas na produção agrícola, é uma prática agroecológica que possibilita, por sua vez, a promoção da agricultura sustentável.

Quando questionados acerca da motivação para a diversificação das culturas produzidas nas propriedades, os agricultores apontaram duas justificativas: i) a primeira delas refere-se à sazonalidade das culturas agrícolas, onde elas, dependem de fatores edafoclimáticas para expressão da capacidade produtiva, impossibilitando o cultivo fora da época de plantio sem a utilização de tecnologias que possibilitariam a produção dessas cultivares de maneira permanente; ii) os custos de produção, se estes realizassem a execução de apenas uma atividade produtiva, esta não geraria receitas suficiente para a manutenção da propriedade pelo ano inteiro. O outro fator apontado foi que, a diversificação das culturas produzidas possibilita alcançar maior público de consumidores, garantindo assim a entrada do capital na propriedade de modo mais rotativo.

Outro fator levantado com a pesquisa refere-se ao número de pessoas que compõem a mão de obra na propriedade, buscando contabilizar as pessoas que atuam nas atividades agropecuárias que pertencem ao núcleo familiar e, o número referente as pessoas contratadas para atuarem no processo produtivo. O resultado está exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Número de Trabalhadores efetivos nas Propriedades Rurais Pesquisadas

Trabalhadores do Núcleo Familiar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 3 Pessoas	56	63,64
De 4 a 5 Pessoas	22	25,00
Acima de 5 pessoas	10	11,36
Total	88	100,00

Trabalhadores Contratados	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Possui	70	79,55
Até 2 Pessoas	15	17,05
Acima de 3 Pessoas	3	3,41
Total	88	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

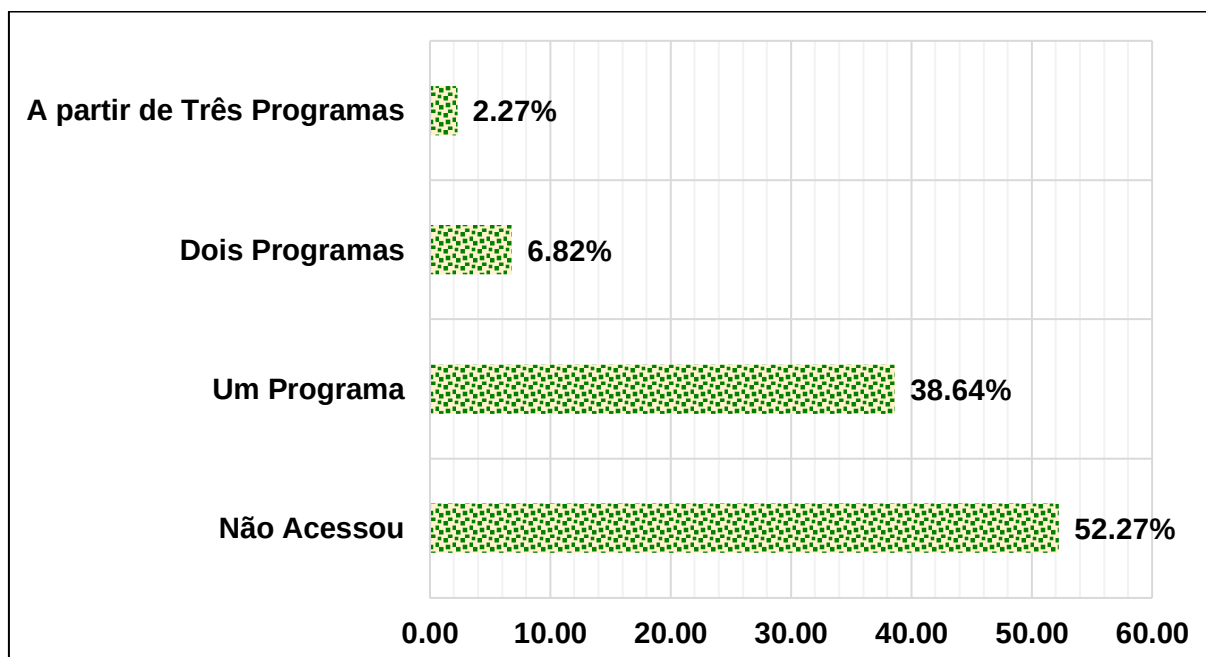
Os resultados apresentados na Tabela 4, indicam que 63,64% das propriedades rurais contam com até 3 membros da família executando as tarefas na produção agropecuária, 25% possuem de 4 a 5 membros da família trabalhando e apenas 11,36% das propriedades contam com mais de 5 pessoas do núcleo familiar trabalhando na propriedade. Acerca dos terceiros contratados para execução das atividades, 17,05% das propriedades possuem até duas

peças contratadas, e apenas 3,41% delas apresentam contratação acima de três pessoas fora do núcleo familiar. E, 79,55% das propriedades rurais não possuem nenhum trabalhador contratado fora do núcleo familiar, segundo os proprietários entrevistados.

Com base no exposto, as propriedades rurais dos municípios analisados possuem sua mão de obra predominantemente executada por pessoas que compõem o núcleo familiar residente nas mesmas, reafirmando que a produção agropecuária é realizada pela agricultura familiar.

Existem, diversos programas de incentivo à produção e políticas agrícolas de acesso ao crédito, o mais amplamente divulgado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que possui diversos grupos de crédito que possibilita o produtor buscar o que se identifica mais com seu perfil de produção, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (SAF/MAPA). Nesse sentido, a figura 10 mostra o percentual de produtores que tiveram acessos aos programas de Política Agrícola e Crédito Rural.

Figura 10 – Percentual relativo ao acesso às Políticas Agrícolas e de Crédito Rural pelas Propriedades Rurais Entrevistadas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao acesso as políticas agrícolas e de crédito rural, 38,64% dos produtores rurais entrevistados afirmaram que tiveram acesso a pelo menos um programa ou grupo de programa do crédito rural para investimento na propriedade, 6,82% acessaram dois tipos de

programas e 2,27% obtiveram acesso a três grupos/programas ou mais, entretanto a maioria dos entrevistados, ou seja, 52,27% nunca acessaram nenhum tipo de política agrícola de crédito rural para investimento na propriedade.

As políticas agrícolas de incentivo à produção são um importante instrumento que auxilia o pequeno e médio produtor rural, envolvem linhas de financiamento de valores com juros subsidiados para investimento e custeio das atividades agropecuárias, e contribuem para a estabilidade e manutenção do homem no campo.

Guadalupe Eligio e Gómez Gómez (2013), ao realizarem uma análise do financiamento rural ocorrido no México no período de 1990 a 2010, ressaltaram a necessidade do aumento das ofertas de recursos nas políticas de crédito agrícola, e que estas devem ter como objetivo promover o crescimento e a consolidação das organizações produtivas, reconhecidas por lei, além, da necessidade de realização de treinamento com os recursos humanos, desenvolvimento técnico e infraestrutura.

Essa ressalva, foi corroborada por Escalante et al (2013), reforçando que nas propriedades agrícolas o acesso ao crédito é um dos principais fatores que influenciam nos investimentos, e estes potencializavam o desenvolvimento do setor agrícola. Ressaltou ainda, que fatores como características socioeconômicas e capacitação recebidas pelos produtores, influenciam de forma direta no acesso as políticas de crédito rural.

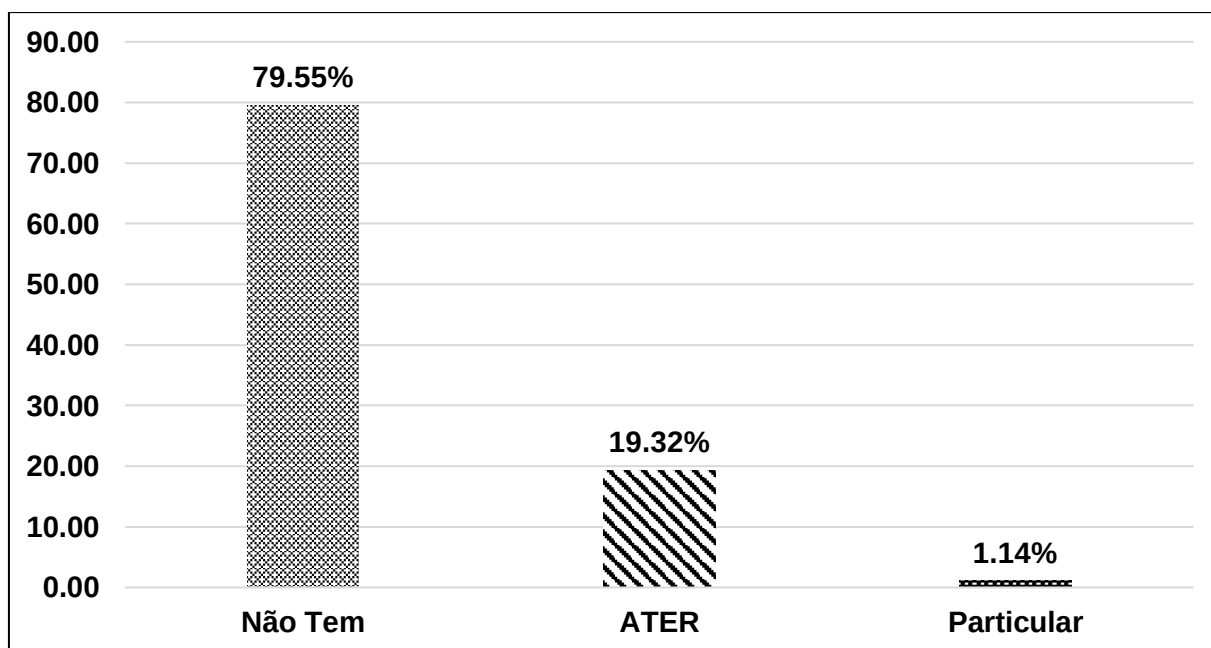
Assim, a partir da execução de projetos agropecuários financiados com as políticas de créditos, os agricultores podem implantar uma cultura agrícola, ou ainda melhorar a cultura já existente na propriedade. As políticas de crédito rural ainda, preveem o acompanhamento por meio de assessoria técnica especializada a ser ofertada pela instituição que realizou o processo de elaboração dos projetos agropecuários, esse acompanhamento possibilita ao agricultor a realização de ajustes no decorrer do processo produtivo, que busquem a melhoria e maior eficiência produtivas da cultura trabalhada, e conseqüentemente ocorrendo aumento nos índices de produtividade e maior lucratividade.

Em suma, as políticas de crédito de incentivo à produção, proporcionam ao produtor rural o acesso a capital para iniciar uma atividade agropecuária, com prazos para pagamento da dívida variando de 5 a 10 anos, com juros de até 3% ao ano e carência para a realização do início do pagamento entre 3 e 6 anos. Esses períodos definidos para o início do pagamento do crédito pelos proprietários é fundamental, uma vez que, permite a implantação e o estabelecimento da cultura escolhida pelo produtor.

Outra ferramenta importante para o homem do campo é a política agrícola de Assessoria Técnica e Extensão Rural, que se trata de uma política de orientação técnica para

auxiliar o produtor rural no processo produtivo. Desse modo a figura 10, é possível observar as respostas dos produtores rurais, sobre a utilização de Assessoria Técnica no processo produtivo das propriedades estudadas.

Figura 11 – Percentual referente à utilização de Assessoria Técnica pelos Produtores Rurais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados dos questionamentos realizados aos produtores rurais, sobre a utilização de assessoria técnica especializada no processo produtivo exposto na figura 11, mostram que 19,32% das propriedades recebem assessoria técnica especializada de órgãos governamentais por meio da política de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, em 1,14% das propriedades rurais a consultoria é contratada por profissionais autônomos, e 79,55% dos produtores rurais, não utilizam nenhum tipo de assessoria técnica especializada no decorrer do processo produtivo, e aplicam na propriedade apenas os conhecimentos adquiridos de maneira empírica passados de geração para geração.

Rocha Junior et al (2019), ao realizar uma análise acerca dos determinantes da utilização das políticas de ATER pelos agricultores familiares, e constatou que, a maioria dos serviços de assistência técnica e extensão rural, são ofertados por órgãos governamentais da esfera estadual como EMATER, e ainda, outras empresas especializadas, entretanto, alguns fatores como, o perfil socioeconômico do agricultor familiar, a localização e, ainda, a caracterização produtiva do estabelecimento rural dificultam a possibilidade de utilização dos serviços de ATER por parte dos proprietários rurais.

No entanto, as diferenças na amplitude do percentual de produtores rurais que possuem acesso às políticas de ATER são ampliadas ou diminuídas a depender da região em que o agricultor familiar está situado. A Região Sul do Brasil apresenta o maior número de agricultores familiares atendidos pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, nela 43,18% dos agricultores são alcançados pelos técnicos, em contrapartida, na Região Nordeste do país, apenas 5,93% dos agricultores familiares são atendidos pelas empresas que prestam serviços de ATER (ROCHA JÚNIOR et al, 2019).

Dessa forma, os resultados obtidos pela pesquisa, são corroborados por aqueles apresentados por Rocha Júnior et al (2019), evidenciando que há algum fator ocasionando uma deficiência na execução das políticas de assistência técnica na região nordeste, e estes fatores afetam as instituições que ofertam e também os agricultores que demandam os serviços. No entanto, outras pesquisas devem ser realizadas buscando identificar os entraves que impossibilitam atuação na ATER, buscando sempre melhorias na execução das atividades e melhor atendimento às necessidades demandadas pelos agricultores familiares.

4.3 FERRAMENTAS DE GESTÃO UTILIZADAS NAS PROPRIEDADES RURAIS

Nessa seção, objetiva-se conhecer se os proprietários dos estabelecimentos rurais que participaram do estudo, utilizam ferramentas de gestão.

4.3.1 Gestão de Pessoas

No que concerne à variável “vínculo empregatício”, o que predomina nessas unidades produtivas é a ausência de contratados, resultado foi verificado em 71,59% das propriedades (Tabela 5). Sugerindo assim que, em grande medida, a mão de obra utilizada seja, essencialmente, familiar. Observa-se que, apenas 28,41% dos estabelecimentos realizam a contratação de terceiros que não compõem o núcleo familiar, destas 19,32% executam o vínculo empregatício por meio da adoção de contratos eventuais e apenas 9,09% das propriedades rurais trabalham com contratos permanentes.

Tabela 5 – Vínculo Empregatício

Tipo de Vínculo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Possui Contratados	63	71,59
Contratos Eventuais	17	19,32
Contratos Permanentes	8	9,09
Total	88	100,00
Modalidade de Pagamento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Diária Trabalhada	19	76
Empreita	4	16
Jornada de Trabalho (Hora Trabalhada)	2	8
Total	25	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados da Tabela 5 indicam que 76% das propriedades rurais adotam a modalidade de pagamento por meio da diária trabalhada, 16% delas realizam o pagamento aos trabalhadores por meio de empreita e apenas 8% dos estabelecimentos rurais utilizam a modalidade de jornada de trabalho para definir o valor pago aos terceiros contratados para execução das atividades de produção agropecuária.

Por esses resultados, pode-se inferir que impera, nas propriedades analisadas, o trabalho informal, coadunando assim com as próprias características estruturais do setor agropecuário do Brasil que, historicamente, registra um dos maiores índices de trabalho informal do país: cerca de 67%, segundo o IBGE (2018).

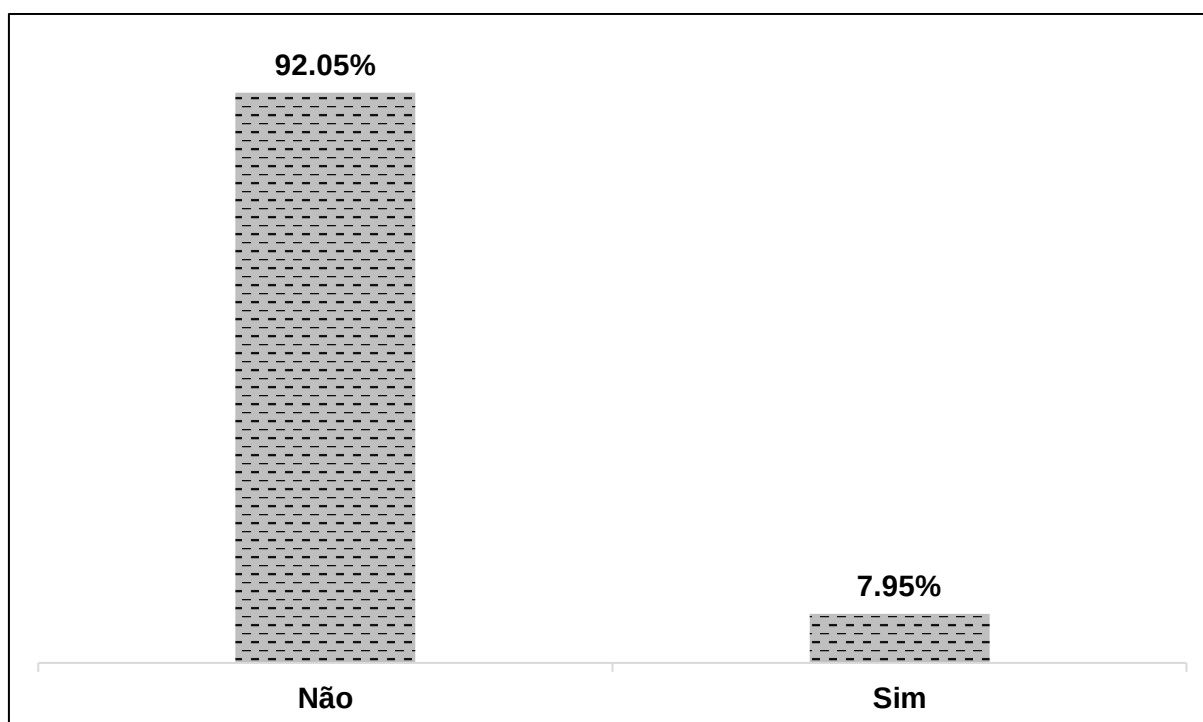
Para Pereira (2018), o alto índice de informalidade registrado no setor agropecuário pelos órgãos de fiscalização, podem estar associados aos regimes contratuais para a execução das atividades. Ademais, as demandas por mão de obra ocorrem de forma sazonais e concomitante as épocas de colheita da produção agrícola, tal condição, pode justificar o os valores obtidos no questionamento acerca dos tipos de contratos trabalhistas utilizados nos estabelecimentos partícipes da pesquisa.

Em relação às atividades de capacitação da mão de obra contratada, percebe-se que, majoritariamente, os produtores não realizam nenhum tipo de política nesse sentido, uma vez que 92% deles informou não oferecer capacitação aos trabalhadores (Figura 12).

Quando um estabelecimento de produção realiza a contratação de terceiros para utilização da mão de obra, torna-se imprescindível que este realize uma capacitação para

nivelamento do conhecimento de acordo com a função a ser executada pela pessoa contratada. Ao realizar a capacitação para nivelamento a propriedade ganha no quesito produtividade da mão de obra contratada. Assim, os proprietários dos estabelecimentos rurais foram questionados sobre a realização de capacitação da mão de obra contratada para atuação em suas propriedades, o resultado é o que se tem na figura 12.

Figura 12 – Percentual referente a capacitação da mão de obra contratada para execução das tarefas na unidade produtiva rural.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados apresentados na figura 12, mostra que é expressivo o número de proprietários dos estabelecimentos rurais contratantes que não realizam a capacitação da mão de obra contratada, a adoção de estratégias administrativas nesse sentido, podem refletir em resultados importantes, tais como, menor produtividade da cultura no momento colheita.

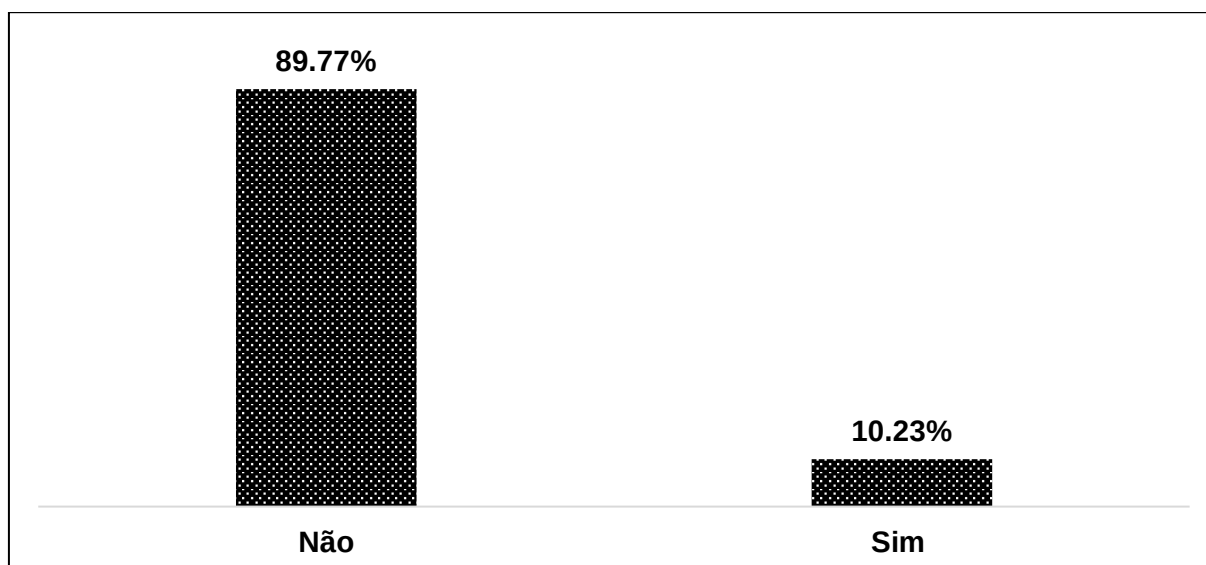
Ao utilizar de mão de obra que não passam por nivelamento no aspecto do conhecimento técnico relacionado a cultura agropecuária a ser trabalhada no estabelecimento rural, pode causar prejuízos financeiros aos proprietários, visto que, o colaborador pode se comportar de duas formas distintas na execução das atividades: i – superestimar a necessidade das culturas trabalhadas, ocasionando prejuízo ao estabelecimento ao ofertar quantidades excessivas dos nutrientes necessários para o desenvolvimento da atividade agropecuária, onerando os custos de produção e consequentemente ocasionando a

diminuição da margem de lucro da propriedade, ou ainda, ii – subestimar a necessidade das culturas, ofertando quantidades de nutrientes abaixo dos níveis mínimos necessários para o desenvolvimento das mesmas, resultando em baixos índices de produtividade, acarretando em prejuízos econômico ao estabelecimento.

Dentre os custos totais da produção, àqueles destinados aos colaboradores representam uma parcela significativa, e, considerando que a mão de obra é um fator que influencia diretamente na produtividade, requer constante atenção do proprietário no estabelecimento rural. No entanto, a eficiência da atividade agropecuária, bem como a potencialização dos resultados inerentes a rentabilidade, são fatores que possuem forte ligação com uma qualificação da mão de obra. Para alcançar o sucesso na atividade agropecuária, demanda do agricultor familiar, a realização do gerenciamento da propriedade no âmbito técnico e financeiro, dessa forma investir na capacitação dos colaboradores auxiliará no processo administrativo da gestão de pessoas, bem como no aumento da produtividade, refletindo por conseguinte, no aumento das margens de lucro do empreendimento rural (CEPEA, 2019).

No que concerne às estratégias de delegação de atividades, aproximadamente 90% dos produtores informaram não realizar nenhum tipo de divisão/organização das tarefas laborais, sendo comum que todos os presentes realizem tarefas conjuntas, sem determinação de atividades específicas, e apenas 10,23% dos proprietários rurais admitem que realizam a deliberação de atividades específicas aos contratados. (Figura 13).

Figura 13 – Organização dos Trabalhadores na Execução de Tarefas na Produção Agropecuária.

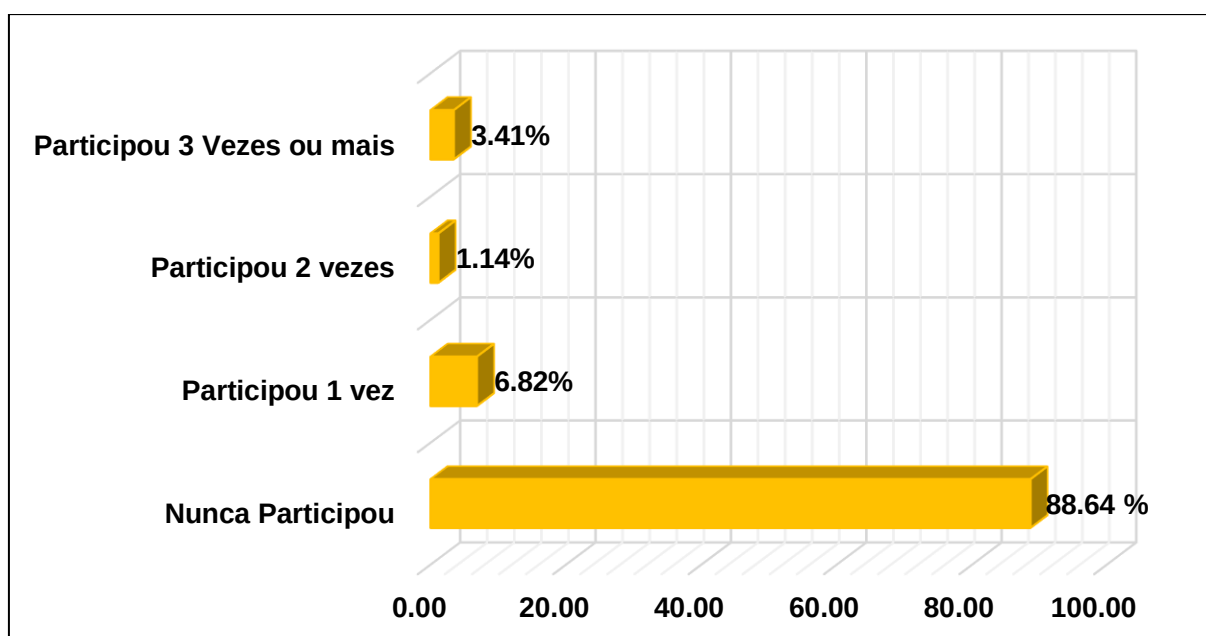


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De posse dessas informações, pode-se inferir que as propriedades participantes dessa pesquisa, não praticam adequadamente as ferramentas de gestão de pessoas, uma vez que, pelas respostas apresentadas, sugere-se que não há grandes incentivos para retenção desses trabalhadores e nem estímulos de eficiência produtiva. A ausência de vínculos coexistindo com contratos de trabalho temporais e informais, aliada com a ausência de comunicação sobre a execução das atividades, pode figurar como causas de baixa eficiência produtiva e falta de comprometimento com o empreendimento. Mesmo em um contexto de agricultura familiar, entende-se que essas ferramentas sejam imprescindíveis para sobrevivência e desenvolvimento dos negócios.

Os resultados apontados acima convergem com a leitura que se faz da Figura 14, uma vez que, aproximadamente, 89% dos produtores nunca participaram de nenhuma formação voltada para a gestão de propriedade. Do total que nunca participou dessas capacitações, 44,32% informaram sequer ter o interesse em envolver-se com essas ações. Assim, apreende-se que, de fato, a ausência de ferramentas de gestão explica-se, em grande medida, pela ausência de conhecimento nessa área.

Figura 14 – Percentual Referente a participação em cursos de capacitação na Área de Gestão de Propriedades Rurais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os dados da Figura 14 são bastante expressivos e representam uma falha que pode ser preenchida por meio de ações executadas pelas instituições de Assistência Técnica e

Extensão Rural e pelas instituições de ensino por meio de projetos de extensão. Assim, a elaboração de projetos que visem atender à necessidade dos agricultores familiares, bem como a execução de atividades de capacitação via grupos de estudos acadêmicos, podem ser uma alternativa para suprir a carência de cursos na área de gestão para os proprietários dos estabelecimentos rurais que encontram-se nos municípios objeto da pesquisa.

Outro ponto, a ser considerado na busca pela capacitação dos agricultores familiares é a realização de parcerias educativas com as instituições que atendem a esse público específico, tais como, órgãos governamentais nas esferas municipais e estaduais, sindicatos, cooperativas, dentre outros.

A capacitação nas áreas de gestão de propriedades rurais possibilita ao produtor a realização de um controle efetivo, bem como vantagens competitivas e aumento na produtividade, ao buscar se capacitar o produtor rural ficará preparado para a execução da atividade agropecuária, realizando uma administração eficiente do seu estabelecimento. Facilitando as tomadas de decisões de curto e médio prazo, uma vez que tratam-se de questões que podem afetar diretamente a renda do produtor e impossibilitando a perpetuação da atividade.

4.3.2 Organização e Controle da Produção

Os resultados referentes aos diagnósticos sobre a organização e controle da produção agropecuária podem ser visualizados nas tabelas 6 e 7 e na figura 15.

De acordo com a Tabela 6, é possível analisar os resultados referentes à atividade de controle da produtividade das culturas produzidas.

Tabela 6 – Análise do Controle de Produtividade.

Controle da Produtividade	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Não Realiza	80,68	-
Raramente	5,68	86,36
Frequentemente	9,09	95,45
Sempre	4,55	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados apresentados indicam que, 80,68% dos proprietários não realizam controle da produtividade. O indicador de produtividade de uma atividade agropecuária exerce um papel fundamental para que o agricultor detenha o conhecimento do andamento da produção e ainda a partir da identificação de um índice abaixo do esperado, este possa tomar as decisões acertadas para sanar o problema e não sofrer perdas econômicas. Do total entrevistado, 5,68% afirmaram que raramente realizam o controle da produtividade na propriedade, 9,09% dos entrevistados afirmaram que realizam com frequência e 4,55% dos proprietários afirmam que sempre realizam o controle de produtividade.

Embora alguns produtores possam afirmar que realizam o controle da produtividade das culturas aos quais produzem em suas propriedades rurais, é provável que ocorra um equívoco em relação a maneira como esse controle é executado, uma vez que 14,77% dos proprietários realizam o controle esporadicamente, anulando o nível de confiança dos resultados da produtividade da cultura analisada.

Os resultados referentes aos indicadores de controle e organização utilizados pelos proprietários estudados constam na tabela 7.

Tabela 7 – Indicadores de Controle e Organização.

Custo da Unidade Produzida	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Sabe o Custo	73	82,95
Sabe o Custo	15	17,05
Total	88	100,00
Controle de Qualidade do Produto	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Realiza	69	78,41
Realiza	19	21,59
Total	88	100,00
Registro de Fornecedores	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Possui Registro	77	87,50
Possui Registro	11	12,50
Total	88	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Como pode ser observado na tabela 7, a maioria dos produtores rurais, 82,95% não sabem o valor que é necessário despendar financeiramente para produzir cada unidade da cultura produzida. Apenas 17,05% dos entrevistados alegam ter conhecimento do custo de cada unidade produzida na propriedade.

Além do aspecto do custo de produção, os proprietários foram questionados se realizavam algum tipo de controle de qualidade e 78,41% dos proprietários participantes do estudo afirmaram não realizar nenhuma espécie de controle de qualidade do produto disponibilizado para a comercialização, por outro lado, 21,59% afirmam que realizam uma espécie de triagem nas cultivares coletadas e disponibilizam para a venda somente aqueles que apresentam melhores condições no aspecto visual de acordo com classificação própria, e os produtos que são considerando fora do padrão de qualidade, são destinados a alimentação animal na propriedade.

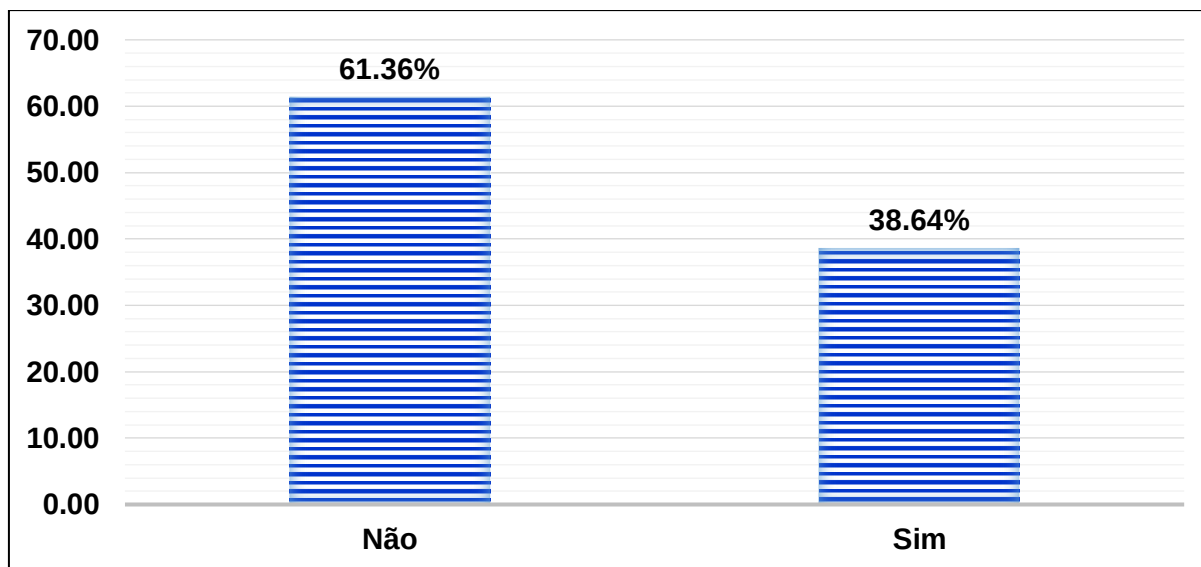
No âmbito da organização da produção, os produtores rurais foram questionados acerca da manutenção de um registro de fornecedores de insumos, e no final do levantamento os resultados obtidos foram que, 87,50% destes não realizam nenhuma anotação ou mantem registrados os fornecedores de insumos para produção. Apenas 12,50% alegaram manter anotados em cadernos simples os fornecedores fixos.

Nesse sentido, é possível constatar que a maioria absoluta dos proprietários entrevistados, não organizam as atividades produtivas e não realizam controle da produção, e, essa desordem administrativa no estabelecimento rural, reflete nos valores obtidos com a comercialização dos produtos, bem como, a margem de lucro das atividades agropecuárias executadas nos estabelecimentos. Por não realizar o controle dos custos de produção, o agricultor ficar predisposto a realizar a comercialização dos produtos com base no preço ofertado pelo mercado, podendo obter prejuízos econômicos, visto que, por não possuir informações dos custos atingidos no processo produtivo, não consegue estabelecer um preço de venda que garanta uma margem mínima de rentabilidade.

Ao analisar os resultados obtidos para a pergunta referente a separação dos gastos pessoas, tais como, saúde, alimentação, lazer, despesas fixas da casa, dentre outras, com os valores aplicados nas unidades de produção agropecuária nas propriedades rurais, observou-se que 61,36% dos Produtores que participaram da pesquisa não realizam a divisão dos custos pessoais com os das atividades executadas nos estabelecimentos rurais, entretanto 38,64% dos entrevistado afirmam que realizam a separação, uma vez que é necessário garantir o recurso para o capital de giro da cultura as quais produzem. (Figura 15).

Os dados resultantes desse questionamento reforçam que existe uma falha no planejamento, organização e conseqüentemente administração nos estabelecimentos rurais.

Figura 15 – Separação das Despesas Pessoais daquelas inerentes a produção da Propriedade Rural



Fonte: Dados de pesquisa, 2020.

Resultados semelhantes foram encontrados por Zanin et al (2014), ao analisar as características da estrutura e gestão das propriedades rurais do oeste de Santa Catarina. Ao analisar os resultados obtidos é possível constatar que é comum entre os pequenos estabelecimentos rurais a prática de não realizar a divisão dos recursos financeiros entre as despesas pessoais e a produção agropecuária. Além disso, essa prática ocorre em função da ausência da aplicação nas atividades administrativas da propriedade das ferramentas de gestão. Considerando que, o agricultor familiar não possui conhecimento dos recursos aplicados na atividade produtiva, conseqüentemente não saberá determinar valores para venda do seu produto que garantam a obtenção da rentabilidade, logo, não disporá da informação do que é recurso fruto do lucro da atividade laboral no montante arrecadado.

4.3.3 Controle de Finanças

O controle financeiro em uma propriedade rural é tão importante quanto o bom planejamento para a garantia da manutenção da produção. Sendo assim, foram realizados

junto aos proprietários rurais entrevistados questionamentos acerca do controle financeiro da unidade produtiva.

Inicialmente procurou-se identificar se os Produtores Rurais realizavam controle do Fluxo de caixa na propriedade, conforme exposto na Tabela 8.

Tabela 8 – Controle do Fluxo de Entrada e Saídas do Caixa da Unidade Produtiva.

Controle do Fluxo de Caixa	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Não Realiza	65,91	-
Raramente	7,95	73,86
Frequentemente	14,77	88,63
Sempre	11,37	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados analisados na Tabela 8, 65,91% dos produtores rurais entrevistados, não realizavam o controle de fluxo de caixa da propriedade, dessa forma, o proprietário não tinha qualquer controle sobre a movimentação financeira do recurso advindo da propriedade rural. Entretanto, 34% dos proprietários participantes da pesquisa alegaram realizar o controle no fluxo de caixa da propriedade, destes, 7,95% realizavam esporadicamente, 14,77% afirmavam realizar de modo frequente e 11,37% realizavam o controle no fluxo de caixa de maneira constante.

Com base nos resultados expressos na tabela 8, pode-se inferir que os agricultores familiares não realizam controle dos fluxos financeiro da propriedade, assim, ficam impossibilitados de mensurar os valores referentes ao processo produtivo, e, por não realizarem balancetes, não conseguem mensurar quanto cada umas das atividades agropecuária está contribuindo financeiramente com o estabelecimento rural. Outro ponto observado, é que, esse é um hábito corriqueiro e se perpetua entre gerações, por falta de conhecimento das estratégias que podem ser utilizadas na gestão das unidades produtivas, tornando um dos muitos gargalos que prejudicam o agricultor familiar no processo produtivo.

Ter o controle do fluxo de caixa é importante para garantir o sucesso de um empreendimento comercial independentemente do ramo ao qual ele esteja vincula, torna-se extremamente arriscado quando o proprietário não o faz, uma vez que em função da falta de anotação os valores retirados do caixa podem ser superiores aos valores de entradas, fazendo

assim que a propriedade trabalhe com o caixa no vermelho, a falta desse controle no fluxo de caixa, bem como, a ausência de controle da produção, pode fazer com que o produtor rural acabe perdendo dinheiro ao investir em uma cultura, que possa não estar dando um retorno financeiro satisfatório, sendo extremamente comum, nas pequenas propriedades, os agricultores aplicarem o lucro de uma cultura em outra que está somente gerando despesas.

A tabela 9 apresenta os valores referentes ao faturamento bruto das propriedades rurais que participaram do estudo

Tabela 9 – Faturamento Bruto Anual da Unidade Produtiva.

Faturamento Bruto	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Até R\$ 12.000,00	89,77	-
De R\$ 12.001,00 a R\$ 24.000,00	9,09	98,86
De R\$ 24.001,00 a R\$ 48.000,00	1,14	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao faturamento bruto anual observa-se que 89,77% dos entrevistados responderam que possuem o faturamento bruto com valores que vão até R\$ 12.000,00 por ano; 9,09% faturam anualmente entre R\$ 12.001,00 e R\$ 24.000,00 e apenas 1,14% dos proprietários entrevistados apresentaram faturamento entre R\$ 24.001,00 e R\$ 48.000,00.

Os valores do faturamento bruto das propriedades rurais, foram mensurados por aproximação, esses valores representados na tabela 9 podem estar sofrendo duas ações: i- estar superestimado, ou ii – estar subestimado, a dificuldade em quantificar os recursos que são movimentados nas propriedades se dá em função da não realização do controle financeiro por meio do fluxo de caixa, como evidenciado anteriormente na tabela 8.

Outro questionamento realizado aos participantes tratava-se dos indicadores Econômico-financeiros utilizados na propriedade, tais como, como se a definição do custo do produto no momento da comercialização ocorria em função do custo de produção do mesmo, se os produtores tinham conhecimento da margem de lucro dos produtos da propriedade e ainda se eles realizavam reserva financeira para situações extremas, conforme disposto na tabela 10.

Tabela 10 – Indicadores Econômico-financeiros

Define o Preço em Função do Custo de Produção	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Realiza	67	76,14
Raramente	7	7,95
Frequentemente	8	9,09
Sempre	6	6,82
Total	88	100,00
Margem de Lucro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Sabe	62	70,45
Sabe	26	29,55
Total	88	100,00
Reserva para Emergência Financeira	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não Possui	56	63,64
Possui	32	36,36
Total	88	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados observados na tabela 10, 76,14% dos entrevistados não realizam cálculo de custo de produção para definição o preço de venda praticado em seus produtos agropecuários, apenas 23,86% deles realizam o cálculo. No entanto, destes, apenas 6,82% deles o fazem sempre que irão comercializar; 9,09% realizam os cálculos com frequência e 7,95% raramente o fazem. No que tange à margem de lucro da produção após a comercialização, 70,95% não sabem informar o lucro obtido com os produtos agropecuários após a venda.

Ao analisar mais detalhadamente, observa-se que o percentual de produtores que não sabem qual a margem de lucro dos seus produtos, está bem próximo àquele valor dos proprietários que não realizam o cálculo do custo de produção para definição de preço. Assim, é provável que a falta de conhecimento acerca da margem de lucro, deriva da falta de conhecimento do custo despendido para garantir o produto no mercado e ainda da realização da comercialização do produto com valores abaixo do custo de produção.

No entanto, 29,55% do público entrevistado sabe os valores referentes aos lucros obtidos após a comercialização dos produtos, número mais uma vez, bem próximo ao valor

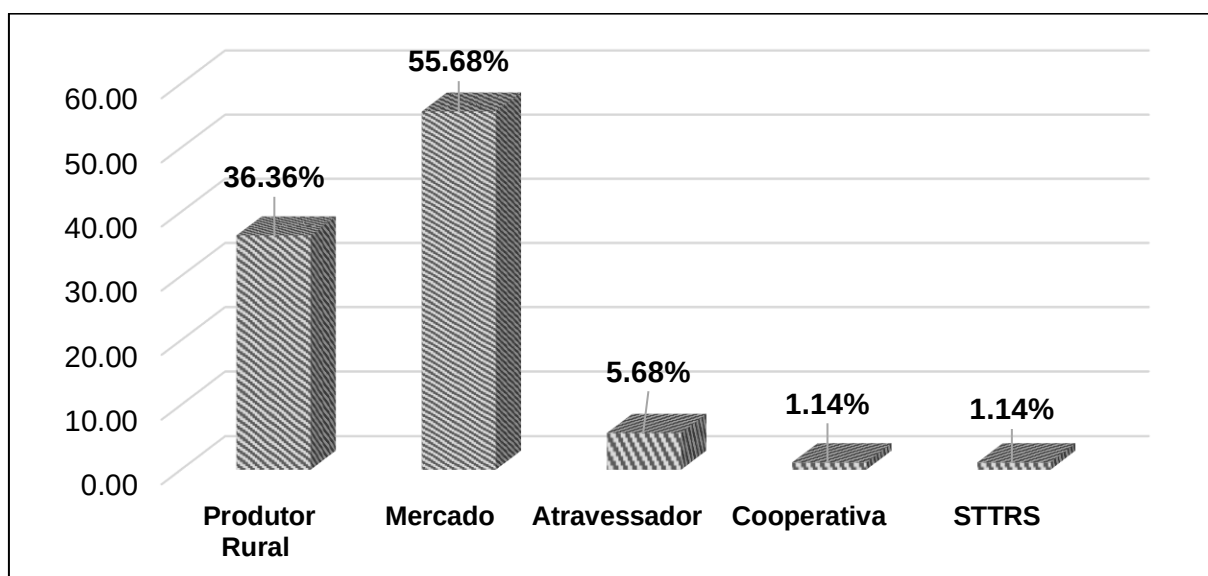
referente ao percentual de proprietários que praticam o valor para comercialização a partir do custo de produção.

Outro questionamento realizado aos produtores rurais foi em relação à reserva financeira para casos excepcionais e possível emergência, em que 63,64% dos participantes afirmaram não possuir a chamada reserva financeira de emergência e alegam não ser possível guardar o recurso, uma vez que, o montante financeiro gerado não permite, entretanto 36,36% deles afirmaram possuir a reserva de emergência e frisaram a importância de mantê-la para casos excepcionais em especial relacionados a saúde.

A reserva financeira permite maior flexibilidade ao produtor rural em casos de urgência, seja ela, relacionada a produção em razão de injúrias ocorridas na área produtiva por intempéries da natureza ou outros, e ainda, em caso de acometimento de problemas relacionados a saúde. Faz-se necessário a realização de um trabalho de educação financeira junto aos agricultores familiares, uma vez que, a partir da obtenção e prática dos conhecimentos inerentes a organização administrativa das propriedades, é possível melhorar significativamente a condição socioeconômica do núcleo familiar.

Em relação à maneira como determinam o preço praticado na comercialização dos produtos, os produtores foram indagados, sobre como se dá a formação do valor, se estes são definidos pelos próprios produtores ou os valores são determinados por influências de fatores externos, tais como, definido pelo mercado no momento da comercialização, cujos resultados são apresentados na figura 16.

Figura 16 – Fator de Formação de Preço de Vendas dos Produtos



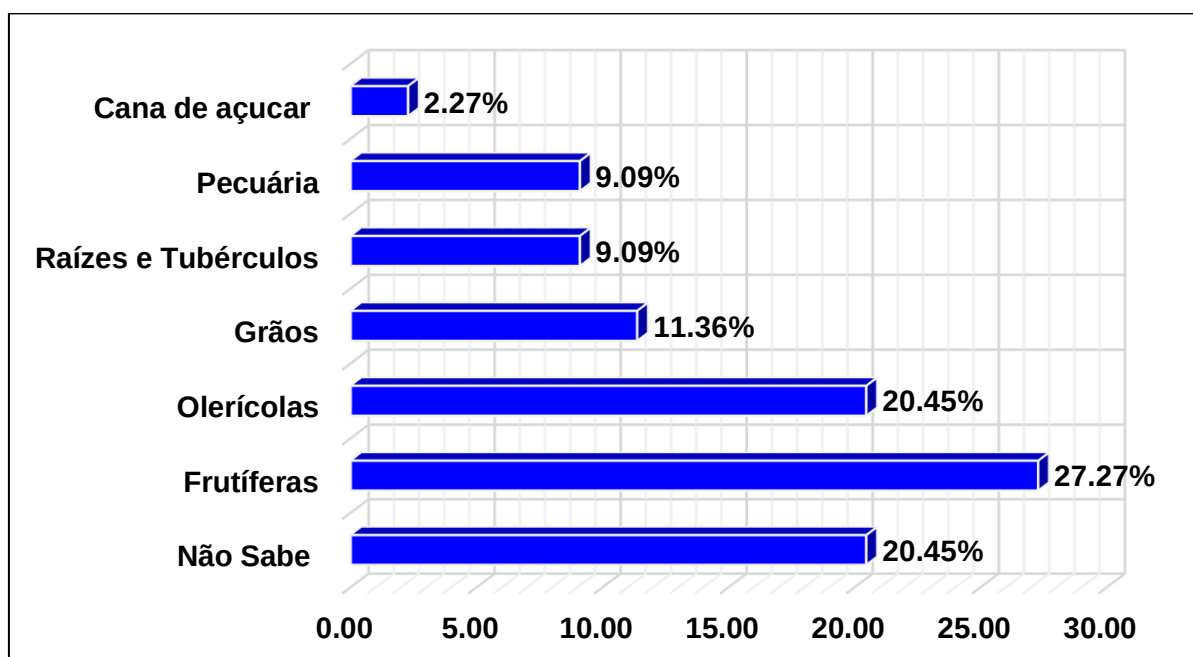
Fonte: Dados da pesquisa, 2020 – STTRS: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais

O fator de maior representação no momento da definição do preço praticado no momento da comercialização é o “Mercado”, aparecendo em 55,68% dos respondentes, seguido do preço definido pelo próprio produtor com 36,36%. O valor definido pelo intermediador/atravessador foi indicado por 5,68% dos entrevistados, e os valores definidos pelos Sindicatos e Cooperativas apareceram com 1,14% cada nas respostas obtidas pelas entrevistas.

Ao verificar os resultados obtidos na figura 16, é possível compreender o valor expressivo apresentado para a definição de preço dos produtos agropecuário ser dada pelo valor pago no mercado. Visto que, o agricultor não possui o conhecimento dos valores investidos no processo produtivo, não consegue impor um preço do qual seja possível, extrair os custos da produção e obter lucro da atividade agropecuária, os baixos preços impostos pelo mercado desmotiva o agricultor familiar, que por vezes, quando realiza uma avaliação da atividade, chega à conclusão que a atividade agropecuária não compensa e em alguns casos mais graves, acabam por abandonar a atividade agrícola.

A Figura 17 apresenta dentre as diversas atividades agropecuárias levantadas nas entrevistas, qual delas é a principal atividade produtiva da propriedade rural, aquela que no senso comum é denominada de carro chefe.

Figura 17 – Principal Atividade Agropecuária da Propriedade Rural (Carro Chefe)



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Entre os proprietários entrevistados, 27,27% afirmaram que a principal atividade produtiva de suas propriedades rurais é a fruticultura, seguida das culturas olerícolas aparecendo em 20,45% das respostas; 11,6% dos produtores rurais têm como principal atividade econômica em suas propriedades a produção de grãos, as culturas de produção de raízes e tubérculos e pecuária apareceram em 9,09% das respostas cada, a cana de açúcar que outrora esteve bastante presente nas propriedades rurais aparece como principal atividade agrícola em 2,27% das dos estabelecimentos e 20,45% afirmaram não saber qual dentre as tantas atividades agropecuária que produziam era a sua principal atividade econômica.

Do total de estabelecimentos entrevistados, há uma quantidade expressiva de proprietários rurais que não sabem qual, dentre as tantas atividades agrícolas cultivadas em sua propriedade é a que oferece maior retorno financeiro, ou qual delas é a sua principal atividade. Essa condição pode ser explicada, pela prática realizada por diversos núcleos familiares da agricultura de subsistência, cuja, principal finalidade das culturas produzidas é, suprir a necessidade alimentar daqueles que compõem o núcleo familiar. Dessa forma, não há, por parte do agricultor familiar a preocupação em mensurar os custos, e o retorno econômicos das atividades agropecuárias executadas nas propriedades.

Por outro lado, há também um número considerável de famílias que utilizam as culturas olerícolas e frutíferas como principal atividade agrícola no estabelecimento agropecuário, a opção por essas atividades se deu, um função da praticidade do processo produtivo e, pela disponibilidade de áreas produtivas, é valido ressaltar que uma importante parcela dos agricultores partícipes da pesquisa dispunham de uma área total de até cinco hectares, na qual está instalada sua residência e a área produtiva. Dessa forma, considerando que no processo de produção as culturas olerícolas demandam menos espaço para a sua implantação, diversos agricultores optam por realizar sua produção nas propriedades rurais.

4.3.4 Marketing e Comercialização

Tão fundamental quanto produzir com qualidade é a apresentação da mercadoria no momento da comercialização, um produto fresco, bem armazenado e sem sujidades possui maior chances de ser escolhido pelos clientes que àqueles que possam apresentar alguma injúria por falta de cuidado no manuseio no processo que vai da colheita até a comercialização.

Nesse sentido, foi realizada a investigação juntos aos produtores rurais acerca do modo de acondicionamento dos produtos os quais comercializavam, e os resultados são os que estão apresentados na tabela 11.

Tabela 11 – Modo de armazenamento dos Produtos oriundos da Propriedade Rural a serem comercializados.

Acondicionamento	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Não Utiliza	14,77	-
Caixa PVC	57,95	72,72
Caixotes Madeira	11,36	84,08
Sacolas Plásticas	7,95	92,03
Caixa de Isopor	3,41	95,44
Lonas	2,27	97,71
Sacos de Estopa	1,15	98,86
Carroça	1,14	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O modo de acondicionamento dos produtos varia de acordo com a cultura produzida, quando questionados sobre o modo de armazenamento dos produtos no percurso que compreende da propriedade ao local de comercialização, 57,95% dos produtores rurais afirmam utilizar caixa do tipo PVC para armazenagem e transporte das mercadorias até o ponto de comercialização; 11,36% utilizam caixotes do tipo Madeira; 7,95% dispõe de sacolas plásticas e 3,41% dos entrevistados utilizam caixas de isopor para o transporte e armazenagem dos seus produtos.

Existe ainda, uma pequena parcela de produtores rurais que realizam o transporte dos produtos a serem comercializados em meios rudimentares, tais como, lonas (2,27%), Sacos de Algodão/Estopa (1,15%) e em carroças (1,14%), entretanto 14,77% dos produtores entrevistados afirmaram não utilizar nenhum mecanismo para armazenagem dos produtos no momento do transporte da propriedade até local de comercialização.

O armazenamento dos produtos da maneira correta e em ambientes que protejam a integridade física do produto a ser comercializado, é um diferencial na hora de expor estes nas feiras livres no momento da comercialização. Produtos bem acondicionamento, ficam

protegidos e não sofrem injúrias no momento do transporte. O aspecto visual do produto agrícola é uma atrativo aos consumidores, dessa forma, aqueles agricultores que utilizam caixas do tipo PVC, conseguem garantir a maior integridade dos seus produtos no processo de transporte da unidade produtiva até o ponto de comercialização, quando comparado àqueles que o realizam em sacos de estopa ou caixas de madeira.

Os resultados obtidos acerca do modo como é realizada a comercialização dos produtos agropecuários pelos produtores rurais podem ser visualizados na tabela 12.

Tabela 12 – Locais de Comercialização da Produção Agropecuária oriunda da Unidade Produtiva.

Comercialização	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Direto ao Consumidor - Feira Livre	78,41	-
Atravessador	12,50	90,91
PNAE	3,41	94,32
Cooperativa	2,27	96,59
Frigorífico	2,27	98,86
Comércio Local	1,14	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

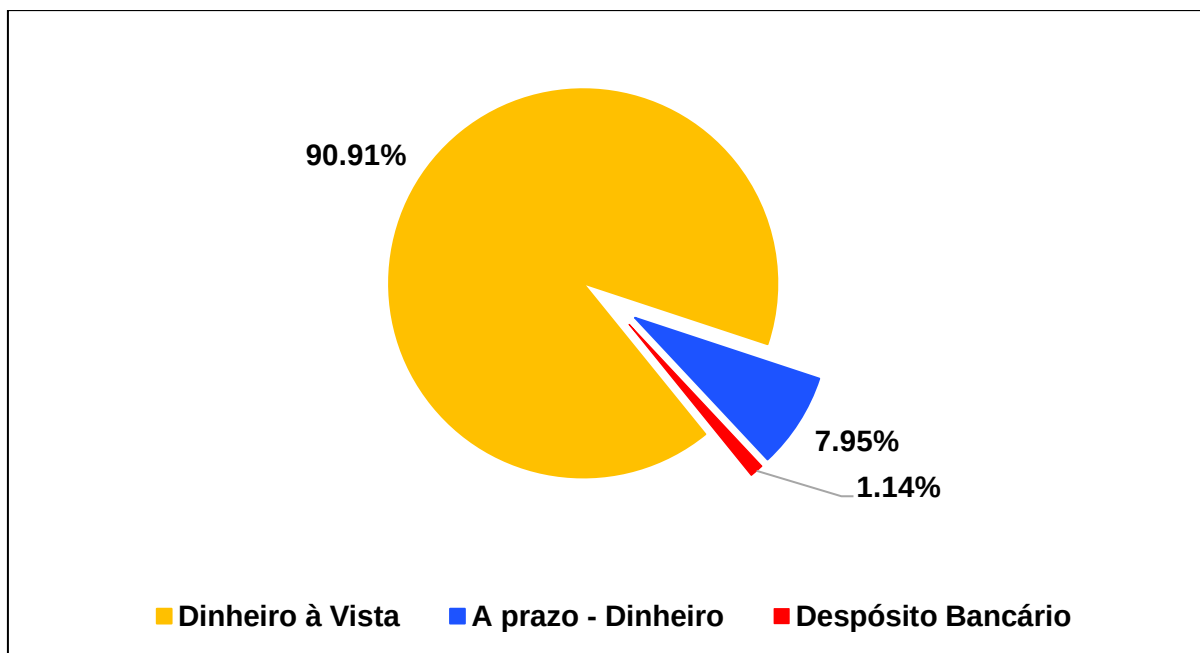
Conforme observado na tabela 12 a maioria dos entrevistados afirma que realizam a comercialização dos seus produtos direto ao consumidor por meio das feiras livres (78,41%), seguido do fornecimento de produtos para o intermediário/atravessador aparecendo em 12,50% dos respondentes. Os fornecimentos de produtos para as políticas afirmativas do governo federal, tais como, PNAE e para cooperativas e frigoríficos apareceram em 3,41% e 2,27% das respostas dos participantes respectivamente.

Dessa forma, é possível perceber na tabela 12, que os agricultores partícipes dessa pesquisa utilizam mais de uma via para comercialização dos produtos, sendo as duas mais comum, a comercialização direta e ao intermediário/atravessador. A comercialização dos produtos agropecuários em feiras livres pelos agricultores familiares é tradicional e ocorre uma vez por semana nas pequenas cidades.

A figura 18 demonstra que 90,91% dos produtores rurais trabalham com a modalidade de pagamento em dinheiro e exclusivamente à vista, 7,95% trabalham com pagamentos

exclusivamente em dinheiro, entretanto são tolerantes quanto pagamentos à prazo, podendo estes ocorrer em períodos de sete, quinze e até trinta dias e apenas 1,14% dos entrevistados utilizam também a modalidade de depósito em conta ou transferência bancária.

Figura 18 – Formas de Pagamento aceita pelo Produtor Rural do produto comercializado.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

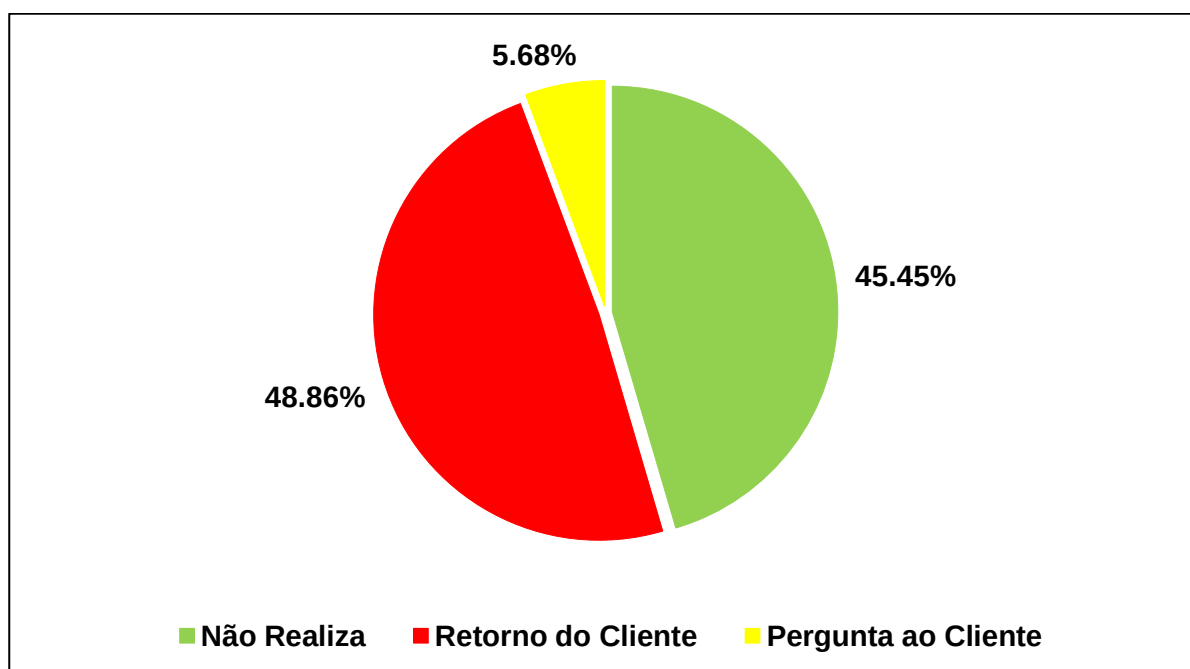
Considerando que a maioria dos produtores rurais realizam a comercialização de seus produtos agropecuários em feiras livres e, por conseguinte, configura venda direta ao consumidor, uma vez que esse consumidor tende a ir para esses locais com dinheiro em mãos, torna-se comum a utilização da modalidade de pagamento à vista.

Acerca da realização por parte dos produtores rurais da avaliação e o levantamento de satisfação dos clientes ao adquirem seus produtos pode ser observado na figura 19, onde, 45,45% dos Produtores rurais afirmam que não realizam um feedback com os clientes acerca da aceitação e satisfação dos produtos por ele comercializado, para 48,86% dos produtores rurais a avaliação é realizada no momento em que o cliente retorna à feira na semana seguinte e realiza novamente com ele a compra dos produtos alimentícios, de acordo com os agricultores, o retorno do cliente ao ponto de comercialização já configura a aprovação do produto por ele comercializado.

Apenas 5,68% dos entrevistados afirmam que buscam realizar o levantamento de satisfação dos clientes ao adquirirem seus produtos, essa avaliação se dá por meio do diálogo, onde o comerciante questiona do cliente acerca da satisfação pelos produto

adquirido, segundo alguns dos produtores rurais no processo da conversa, além de desenvolver uma relação mais próxima com o cliente, ainda é possível coletar sugestões de como melhorar a apresentação do produto ou ainda cuidados no processo de armazenamento e transporte, dessa forma garantindo sempre um produto diferenciado dos demais.

Figura 19 – Avaliação da Satisfação do Cliente em relação ao produto adquirido.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O diálogo desenvolvido com o cliente, no processo de comercialização, pode ser visto como um indicativo, uma vez que, a conversação é o processo pelo qual as relações interpessoais são desenvolvidas, no decorrer do processo de construção da pesquisa, foi possível observar, que entre os agricultores familiares e os consumidores, há uma relação que ultrapassar a barreira comerciante/cliente, cada processo de venda, é também um encontro cheio de entusiasmo e companheirismo, ainda foi possível notar, que há uma relação de fidelidade por parte dos clientes em relação aos agricultores familiares comerciantes, bem como, uma relação de parceria e cooperação dentre os próprios agricultores familiares que comercializam na feira.

A Tabela 13 evidencia as estratégias de marketing utilizadas pelos produtores rurais para divulgação dos produtos agropecuários no processo de comercialização.

Tabela 13 – Estratégias Utilizadas para divulgação do produto comercializado pelo Produtor Rural.

Marketing do Produto	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
Não Realiza	43,18	-
Boca a Boca	42,05	85,23
Rede Social	9,09	94,32
Menor Preço	4,55	98,87
Entrega em Domicílio	1,13	100,00
Total	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A maioria dos entrevistados (43,18%) alega não realizar nenhuma estratégia para divulgação da sua mercadoria nos pontos de venda; 42,05% afirmam utilizar a estratégia do marketing do boca a boca para divulgar os seus produtos agropecuários, quanto mais os clientes comentarem da qualidade dos produtos por eles comercializados mais pessoas irão passar pela banca onde o mesmo realiza a comercialização dos seus produtos e consequentemente ele irá aumentar os índices de suas vendas.

Outra estratégia utilizada é a divulgação nas mídias digitais, via Facebook, Instagram e outros, essa modalidade de merchandising é praticada por 9,09% dos produtores rurais que comercializam nas feiras livres, enquanto 4,55% dos proprietários entrevistados utilizam técnicas de menor preço buscando cobrir a oferta do concorrente.

O modelo de comercialização direta, por vezes dispensa o processo de desenvolvimento de uma estratégia de marketing por parte do agricultor familiar, uma vez que o processo de venda dos produtos, se dá por meio, da exposição dos produtos ofertados nas bancadas de comercialização presentes nas feiras livres. Essa condição, pode justificar a motivação para a maioria dos agricultores familiares entrevistados não realizarem estratégias de marketing de seus produtos agropecuário.

Por outro lado, foi possível observar, que alguns agricultores familiares, estão mais atentos as exigências dos clientes e, buscam adequar-se para melhor atender, em algumas bancas, foi possível observar, que além da organização e disposição dos produtos nas bancadas de comercialização, havia por parte do produtor, a preocupação com o aspecto visual e higiênico, uma vez, que o ele mantinha os produtos lavados e embalados, e ainda, disponibilizada em pequenas quantidades na bancada, visando, não ocasionar injurias por atrito nos produtos mantendo o aspecto vívido e fresco dos produtos.

4.3.5 Índice de Realização Pessoal.

Quanto à avaliação da satisfação acerca das atividades que desenvolvem no meio rural, bem como a qualidade de vida, realizada com os produtores rurais participantes da pesquisa, os resultados estão demonstrados na Tabela 14.

Tabela 14 – Avaliação de Satisfação por ser agricultor familiar e viver no meio rural.

Índice de Satisfação	Frequência Relativa (%)
Completamente Insatisfeito (0 – 4)	0,00
Insatisfeito (4,1 – 6)	10,23
Satisfeito (6,1 – 8)	19,32
Completamente Satisfeito (8,1 – 10)	70,45
Total	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme os resultados observados na tabela 14, 70,45% dos participantes entrevistados consideram-se completamente satisfeitos com as atividades que desenvolvem no meio rural e consideram que possuem uma excelente qualidade de vida, 19,32% consideram-se satisfeitos e outros 10,23% afirmam estar insatisfeitos.

A condição de insatisfação com o meio rural pode gerar abandono de algumas atividades ou ainda, êxodo rural processo que consiste na migração do homem do meio rural para o meio urbano, culminando inchamento dos grandes centros, em função do crescimento no número de habitantes se tornar desproporcional a sua capacidade de atendimento.

5 CONCLUSÕES

Diversos dados apresentados por estudos realizados pelo IBGE demonstraram que, ainda que tímida a atuação da agricultura familiar é importantíssima para o agronegócio brasileiro, tendo participação importante no fornecimento de alimentos para o mercado interno brasileiro, e ainda assim, a utilização de ferramentas que auxiliem no processo gestão das propriedades é algo distante da realidade da maioria absoluta dos agricultores familiares.

De um modo geral, os resultados concluíram que não há a utilização eficaz das ferramentas de gestão por parte dos proprietários dos estabelecimentos rurais nos municípios de Alagoa Grande, Areia e Remígio no estado da Paraíba. E estas, quando ocorrem, se dão de maneira ineficiente, uma vez que, não é possível obter informações que possam traduzir os efeitos desejados nos aspectos administrativos das mesmas, sendo ferramentas norteadoras nas tomadas de decisões dos processos produtivos e de comercialização.

A pesquisa exposta não pretendeu per si, ser conclusiva, mas servir como instrumento subsidiador para a realização de futuros trabalhos na área objeto desta, bem como, ser instrumento de consulta para desenvolvimento de políticas públicas que possam proporcionar a fixação do homem no campo.

E ainda, que possa ser instrumento inspirador para a realização de parcerias entre a universidade e as instituições de assistência técnica e extensão rural na execução de projetos de extensão voltados para a capacitação dos produtores rurais, em especial na área de gestão de propriedades, uma vez que, a maioria deles nunca participaram de cursos nessa área.

Que este seja instrumento de mudança no processo de despertar para a importância do gerenciamento dos estabelecimentos rurais, acionando o start para que os produtores entendam que a propriedade é uma empresa com total capacidade de produção e geração de emprego e renda as famílias que dela retiram seu sustento.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo; GASPARONI, Caroline Lisian. A construção de indicadores de emancipação na metodologia de pesquisa qualitativa em educação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 359-376, set. 2017. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7905>>. Acesso em Abril de 2020. doi: <https://doi.org/10.17058/rea.v25i3.7905>.

ALAGOA GRANDE, Prefeitura Municipal de. Município. Disponível em <<http://www.alagoagrande.pb.gov.br>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

ALENCAR, Edvonete Souza de; ALMOULOU, Saddy Ag. A metodologia de pesquisa: metassíntese qualitativa. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 204-220, set. 2017. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/9731>>. Acesso em Abril de 2020. doi: <https://doi.org/10.17058/rea.v25i3.9731>.

ALVES, Lidiane Aparecida. A Agricultura Familiar: Reflexões a partir do Município de São Gotardo (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia – MG, v.11, n. 36, p. 348-365. 2010. Disponível em <https://doaj.org/article/91534cc4eb92415096072025e7d8466c>. Acesso em Janeiro de 2020. E-ISSN: 1678-6343.

ARAUJO, Cláudio Márcio de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ROSSATO, Maristela. O Sujeito na Pesquisa Qualitativa: Desafios da Investigação dos Processos de Desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, e33316, p. 1-7. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-3772201700100702&lng=em&nrm=iso. Acesso em Abril de 2020. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33316>.

AREIA, Prefeitura Municipal de Areia. Município. Disponível em <<https://areia.pb.gov.br>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

ATLAS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro – RJ. IBGE, 2013, 160 p. Acompanha um CD-ROM, em bolso. ISBN 978-85-240-4281-2 1. Disponível em < <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> >. Acesso em Fevereiro de 2020.

BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agroindustrial**, Coordenação - GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisa Agroindustriais, vol. 1. 3ª Edição. 8ª Reimpressão. São Paulo-SP. Atlas, 2014. 770p. ISBN 978-85-224-4570-7

BARACHO, Rossyenne Lopez; GUERRERO, Rafael Eduardo Lopez; GARCEZ, Danielle Sequeira. Caracterização produtiva de um projeto de assentamento rural no semiárido nordestino (Rio Grande do Norte, Brasil). **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 10, n. 2, p. 111-127, 2016. ISSN 1981-8858. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Rbca/article/view/1981-8858.16.34>>, Acesso em Maio de 2020.

BARROS, Geraldo; RENNÓ, Nicole; GILIO, Leandro. PIB do Agronegócio Fecha 2018 com estabilidade. Piracicaba-SP. CEPEA/Esalq/USP, 2019. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-fecha-2018-com-estabilidade.aspx>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura Familiar Como Geração de Renda e Desenvolvimento Local: Uma Análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande-MS, v. 18, n. 1, p. 3-15. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em Fevereiro de 2020. [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1(01)).

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 13 de junho de 2013. Pág.59. ISSN 1677-7042.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. Resolução 510, de 07 de Abril de 2016. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 24 de maio de 2016, ed. 98. Seção 1. pag. 44.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Valor Bruto da Produção Agropecuária. Coordenação de Comunicação. Brasília-DF, 18 de Dezembro de 2019. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>>. Acesso em Janeiro de 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Nacional da Agricultura Familiar. O que é Agricultura Familiar? Brasília-DF, 2006. Disponível em <<http://vitrine.mda.gov.br/o-que-e-a-agricultura-familiar>>. Acesso em Janeiro de 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Nacional da Agricultura Familiar. Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 25 de julho de 2006. Pág.47. ISSN 1677-7042.

BREITENBACH, Raquel. Participação Econômica das Atividades de Subsistência na Agricultura Familiar. **Redes (St. Cruz Sul, online)**. Santa Cruz do Sul – RS, v. 23, n 1, p. 53-68, 2018. ISSN 1982-6745. Disponível em <<https://online.unisc.br/serr/index.php/redes/article/view/6780>>. Acesso em Janeiro de 2020. Doi: <<<https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.6780>>>

BREITENBACH, Raquel. Gestão Rural no Contexto do Agronegócio: Desafios e Limitações. **Desafio Online**. Campo Grande – MS, v. 1, n 2, p. 714-731, 2014. Disponível em <http://www.desafioonline.com.br/publicações>. Acesso em Janeiro de 2020.

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 4ª Edição. São Paulo-SP. Atlas, 2015. 216p. ISBN 978-85-224-9449-1.

CAMPOS, Alexandre de; BARSANO, Paulo Roberto. **Administração Guia Prático e Didático**. 2ª Edição. São Paulo-SP. Érica, 2016. 272p. ISBN 978-85-365-1772-8.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Resultados Definitivos 2017. Rio de Janeiro – RJ. IBGE, 2019. ISSN: 01036157. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em Fevereiro de 2020.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP. **Boletim do Leite**. Ano 25. nº 287. Maio. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 5ª Edição. Barueri-SP. Manole, 2014. 469p. ISBN 978-85-204-4545-7

_____. **Administração Geral e Pública: Provas e Concursos**. 5ª Edição. Barueri-SP. Manole, 2018. 576p. Inclui índice. 24cm. ISBN 978-85-204-5760-3.

_____. **Administração Geral e Pública: Provas e Concursos**. 4ª Edição. Barueri-SP. Manole, 2016. 527p. ISBN 978-85-204-5154-0.

CIDADES BRASIL. Município de Areia. Disponível em <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-areia.html>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

_____. Município de Remígio. Disponível em <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-remigio.html>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

_____. Município de Alagoa Grande. Disponível em <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-alagoa-grande.html>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

COSTA, Martha Cristina Almeida. Viabilidade técnica do cultivo protegido e orgânico da capuchinha (*tropaeolum maius* L.) em consórcio com hortaliças convencionais. 2019. 49f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil; BELTRÃO, Breno et al. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Areia, estado da Paraíba**. Recife-PE, CPRM/PRODEEM, 2005, 11p + anexos, CDD 551.49098133. Disponível em <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15823/Rel_Areia.pdf?sequence=1>. Acesso em Janeiro de 2020.

_____. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Alagoa Grande, estado da Paraíba**. Recife-PE, CPRM/PRODEEM, 2005, 10p+anexos, CDD 551.49098133. Disponível em <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15789/Rel_Alagoa_Grande.pdf?sequence=1>, Acesso em Janeiro de 2020.

_____. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Remígio, estado da Paraíba.** Recife-PE, CPRM/PRODEEM, 2005, 10p+anexos, CDD 551.49098133. Disponível em <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16333/Rel_Remigio.pdf?sequence=1>, Acesso em Janeiro de 2020

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial.** 8ª Edição; São Paulo – SP. Atlas, 2016. 420p. ISBN 978-85-97-00829-6

ESCALANTE, Roberto; CATALAN, Horacio; BASURTO, Saúl. Determinantes del crédito en el sector agropecuario mexicano: un análisis mediante un modelo Probit. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 10, n. 71, p. 101-124, junho de 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S_0122-14502013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Maio de 2020.

FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de Estatística.** 6ª Edição. São Paulo-SP. Atlas, 2010. 320p. ISBN 978-85-224-1471-0.

GAYOSO DA COSTA, Solange Maria. Agronegócio, Produção de Alimentos e Segurança Alimentar na América Latina. **Revista de Políticas Públicas** [en linea]. Esp, 149-156. 2016, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321153853013>. Acesso em fevereiro de 2020.

GOMES, D. L. et al. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 135-161, 2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5690>. Acesso em Janeiro de 2020. Acesso em Maio de 2020.

GUADALUPE ELIGIO, Filiberto; GOMEZ GOMEZ, Alma Alicia. Análisis de la política de financiamiento rural en México 1990-2010. **Revista Mexicana de Ciencias Agrícola**, Texcoco, v. 4, n. 7, p. 1109-1117, novembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S200709342013000700012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Maio de 2020.

GUOLO, Agnaldo; PARIS, Wanderson. **Gestão da Produção.** 1ª Edição; Curitiba – PR. Universidade Positivo, 2015. 206p. ISBN 978-85-8486-082-1

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, Cidade e Estados, 2020. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 2017, Panorama da Cidade de Areia-PB, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/areia/panorama>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

_____, Panorama da Cidade de Remígio-PB, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/remigio/panorama>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

_____, Panorama da Cidade de Alagoa Grande-PB, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/panorama>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, Síntese de Indicadores Sociais - SIS, 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso em Abril de 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipeadata Social: Educação. 2014, Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em Abril de 2020.

KAGEYAMA, Ângela. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura**. São Paulo, SP, v.48. n 2. Pag. 57:69, 2001.

KAY, Ronald D.; EDWARDS, William M.; DUFFY, Patricia A. **Gestão de Propriedades Rurais**. 7ª Edição; São Paulo – SP. AMGH, 2014. 451p. ISBN 978-00-735-4587-5

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14ª Edição; São Paulo – SP. Pearson, 2012. 766p. ISBN 978-85-8143-000-3

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. A Contabilidade Como Instrumentos de Gestão dos Estabelecimentos Rurais. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v. 4, n. 2, p. 134-153, 2014. Disponível em: <[http://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article /view/246](http://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/246)>. Acesso em Janeiro de 2020. ISSN: 2237-3667. DOI <<https://doi.org/10.18696/reunir.v4i2.246>>

LISBOA, Fernando Caixeta et al. Diagnóstico do Uso de Ferramenta de Gestão por Proprietários Rurais de Uberlândia – MG. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Pombal – PB, v. 10, n. 2, p. 132-138, 2015. Disponível em <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS>>. Acesso em Janeiro de 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18378/rvads.v10i2.3287>

MANCUSO, Aline Castello Branco et al. Perguntas que Você sempre quis fazer, mas nunca teve coragem. **Clinical & Biomedical Research**, [S.l.], v.38, n.4, 414-418. 2019. ISSN 2357-9730. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/89242>. Acesso em fevereiro de 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. 14ª Edição; São Paulo – SP. Atlas, 2014. 296p. ISBN 978-85-22-48761-5

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 8ª Edição. São Paulo – SP. Atlas, 2018. 420p. ISBN 978-85-970-1245-3.

NIERO, Thiago Resin et al. Caracterização de propriedades leiteiras no município de Curitiba no planalto de Santa Catarina. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 40434-40448, jun.2020. ISSN 2446-6875. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12151/10234>>, Acesso em Junho de 2020.

OLIVEIRA, Leonardo Abud Dantas de. Avaliação agronômica e índices de eficiência de um consórcio de hortaliças da agricultura sintrópica. 2019. 67f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2019.

PARAIBA, Criativa. Inventário Areia, c2016. Disponível em <<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/areia/>> Acesso em Fevereiro de 2020.

_____. Inventário Remígio, c2016. Disponível em <<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/remigio/>> Acesso em Fevereiro de 2020.

_____. Inventário Alagoa Grande, c2016. Disponível em <<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/alagoa-grande/>> Acesso em Fevereiro de 2020

PATUZZI, Barbara Dachery et al. Análise crítica do nível de conhecimento e de utilização de controle de gestão pelos proprietários rurais. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 16, n. 1, p. 152-176, fev. 2019. ISSN 2446-6875. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1536>. Acesso em Maio de 2020. doi: <https://doi.org/10.25112/rgd.v16i1.1536>

PEREIRA, Rafael Mesquita; GALVAO, Maria Cristina; MAXIR, Henrique dos Santos. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 35, n. 3, e0047, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982018000300152&lng=en&nrm=isso>. Acesso em Maio de 2020.

PEREIRA DOS SANTOS et al. Agronegócio brasileiro no comércio internacional. **Revista de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 39, n. 1, p. 54-69, 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci>. Acesso em Janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.19084/RCA15065>

REMÍGIO, Prefeitura Municipal de. A Cidade. Disponível em <<https://www.remigio.pb.gov.br/>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

RENNÓ, Rodrigo. **Administração Geral para Concursos: Teoria e Questões**. 3ª Edição. Rio de Janeiro – RJ. Forense, 2018. 549p. ISBN 978-85-309-8153-2.

ROCHA JUNIOR, Adauto Brasilino et al. Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Revista de Economia e**

Sociologia Rural, Brasília, v. 57, n. 2, p. 181-197, 2019. Disponível em <<https://www.revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2019.184459/pdf/resr-57-2181.pdf>> Acesso em Maio de 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184459>.

ROGATTO, Lídia. Agricultura familiar. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 65, n. 1, p. 08-10, janeiro 2013. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Abril de 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000100004>

SANTOS, Magno Silva; CORREA, Edinelson Saldanha; SHINAIGGER, Thiago. Diagnostico socioambiental e econômico dos quintais produtivos para agricultura familiar na Amazônia: estudo de caso em Fordlândia, Aveiro (PA). **Nature and Conservation**, V. 12, n. 1, 2019. p. 46-54, janeiro-abril 2019. Disponível em <<http://sustenere.co/index.php/nature/article/view/2845>>. Acesso em Maio de 2020.

SALUME, J. A.; SILVA, E. C. G.; CHRISTO, B. F. Elementos de administração rural avaliados em pequenas propriedades rurais de Alegre – ES. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 5, n. 1, p. 76-93, 2015.

SILVA, Maria Elanny Damasceno; ANDRADE, Paulo Hyder da Silva. Aplicação de Ferramentas de Gestão de Custos na Fazenda São Gonçalo, no Município de Banabuiú – CE. **Revista Expressão Católica**, Quixadá – CE, [S.l.] v. 5, n. 1, p 67-75, 2017. ISSN 2357-8483. Disponível <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/1471/1204>> Acesso em Janeiro de 2020. Doi: [10.25190/rec.v5i1.1471](https://doi.org/10.25190/rec.v5i1.1471)

SILVA, Suelen Aparecida Duarte. A Importância da Gestão nas Pequenas Propriedades Rurais. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, Luz - MG, v. 2, n. 1, p. 272-285, 2017. Disponível em <http://revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/view/65>. Acesso em Abril de 2020. ISSN: 2525-3158

TOMICH, Thierry Ribeiro et al. Sistemas produtivos de assentamentos rurais do município de Corumbá, MS. **IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal**, Corumbá - MS, 6p, 2004. Disponível em https://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/331SC_T_R_Tomich_OKVisto.pdf. Acesso em Maio de 2020.

ANEXO A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS/MS Nº466/2012 E RESOLUÇÃO CNS/MS Nº510/2016.

Prezado (a) senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a realização do **DIAGNÓSTICO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS NO SEMIARIDO PARAIBANO**. E está sendo desenvolvida por **Luzia Rafaela Lucas de Paiva**, Acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado em Zootecnia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. **Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos**.

Os objetivos do estudo são: Analisar o perfil socioeconômico das famílias das propriedades rurais que realizam a comercialização dos produtos oriundos das propriedades rurais familiares, e Identificar fatores condicionantes do desempenho econômico-financeiro das propriedades em análise e construir um referencial de planejamento para auxiliar os produtores rurais no processo de tomada de decisões cuja finalidade, deste trabalho é contribuir para a identificação e/ou desenvolvimento das práticas administrativas, por parte das famílias que realizam a comercialização da produção advinda da propriedade rural, nas feiras de produtores rurais dos municípios objeto da pesquisa, bem como, fornecer aos órgãos regulamentadores e representantes legais, instrumentos para a realização de ações que possam colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das famílias produtoras.

Considerando a natureza do estudo a ser realizado, bem como as ferramentas utilizadas no processo de coleta de dados, e compreendendo que poderia haver possibilidades de divulgação de informações de caráter confidencial, ou ainda que, a personalização destas possa gerar possíveis pesar e/ou constrangimento àqueles que participam.

Visando reduzir e/ou suplantando esses riscos previamente identificados, utiliza-se a estratégia de aplicação de questionários em sua forma anônima, com participantes tenham atingido a maioria, e de maneira espontânea corroboram com a pesquisa.

É válido ressaltar que, os dados coletados a partir desta pesquisa, serão utilizados e arquivados, tão somente, pelos pesquisadores nela cadastrado.

Logo, compreende-se que controlando-se os riscos e equiparando-se às benesses geradas pela pesquisa, quando esta busca entender as variáveis que influenciam na ascensão econômica, bem como, a qualidade de vida das famílias produtoras, nas cidades objeto de estudo, a exequibilidade desta, fica explícita.

Dessa forma, solicitamos a sua colaboração para fornecer informações acerca das condições socioeconômicas e sobre como conduzem a gestão das propriedades rurais, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das Ciências Agrárias, Ambientais, Sociais e Econômicas e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos Pesquisadores. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que poderá vir a receber por parte dos pesquisadores envolvidos no projeto. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Pesquisadora Responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Areia-PB: ____/____/____

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal



Coleta de Impressão Dactiloscópica

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso Necessite de Maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Profa Dra. Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos, Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais, Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Agrárias, Campus II – Areia – PB – CEP: 58.397-000. Telefone: 83 - 3362-2300/ramal 3236.

Atenciosamente,

Pesquisadora Responsável

Pesquisadora Participante

Ou para o Comitê de Ética do CCM: *Centro de Ciências Médicas, 3º andar, sala 14 - Cidade Universitária - Campus I, Universidade Federal da Paraíba, CEP: 58051-900 - Bairro Castelo Branco - João Pessoa-PB* Telefone: (83) 3216.7619 E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

ANEXO B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____,
portador do RG nº _____ Órgão Emissor: _____ UF: _____,
inscrito no CPF sob nº _____, residente e/ou domiciliado
_____, Município
_____, estado da Paraíba **AUTORIZO** o uso de
minha imagem, em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada no Projeto
**DIAGNÓSTICO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO SEMIARIDO PARAIBANO**. A presente autorização é concedida a título gratuito,
abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito,
sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer
outro.

Areia – PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura



Coleta de Impressão Dactiloscópica

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA PARA O DIAGNÓSTICO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS NO SEMIARIDO PARAIBANO

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

1.1 Sexo: () Feminino () Masculino

1.2 Faixa etária:

() Até 20 anos; () de 21 a 25 anos; () de 26 a 30 anos;
() de 31 a 35 anos; () de 36 a 40 anos; () de 41 a 49 anos;
() acima de 50 anos.

1.3 Escolaridade:

() Ensino Básico; () Ensino Fundamental; () Ensino Médio;
() Técnico Profissionalizante; () Superior Incompleto;
() Superior Completo; () Pós-Graduação

1.4 Fonte de Renda:

() Assalariado; () Propriedade Rural; () Programas Sociais;
() Aposentado ou Pensionista; () outras; _____

1.5 Renda Per Capita:

() menos de um Salário Mínimo; () Até um salário Mínimo
() de 1 a 3 salários mínimos; () de 4 a 5 salários mínimos;
() acima de 6 salários;

2. CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

2.1 Tamanho da Propriedade Rural em Hectare.

() Até 15 ha; () de 16 a 25ha; () de 26 a 50ha;
() de 51 a 60ha; () de 61 a 80ha; () de 80 a 100ha;

2.2 Área Cultivada nas Propriedades Rurais.

() de 1 a 12ha; () de 13 a 20ha; () de 22 a 40ha;
() de 41 a 48ha; () de 49 a 64ha; () acima de 65;

2.3 Atividades Desenvolvidas na Propriedade Rural.

(OBS: Identificar com * (asterisco) a atividade “carro chefe”)

Agrícola:

[illegible]

Pecuária:

- () Bovino de Corte;
- () Bovino de Leite;
- () Piscicultura;
- () Carcinicultura;
- () Suinocultura;
- () Ovinocultura;
- () Caprinocultura;
- () Avicultura;
- () Apicultura;
- () Conservados embutidos;
- () Queijo;
- () Mel;
- () _____;
- () _____;
- () _____;
- () _____;

2.4 Trabalhadores na Propriedade Rural.

Família:

() Até 3 pessoas;
() de 4 a 5 pessoas;
() Acima de 5 pessoas;

Contratados:

() Nenhum;
() até 2 pessoas;
() Acima de 3 pessoas;

2.5 A propriedade é beneficiária de Alguma Política Agrícola ou de Credito Rural?

() PRONAF. Se sim, **TIPO:** () A; () B; () A/C;
() Outro; _____

() PNAES. Se sim, **Para quem Oferta?** () Prefeitura Municipal; () Estado;

() PAA. Se sim, **Para quem Oferta?** () Prefeitura Municipal; () Estado;

- ☐ Seguro da Agricultura Familiar - SEAF.
- ☐ Garantia Safra.
- ☐ Política de Garantia de Preço Mínimos – PGPM, Comercialização e Estoques Reguladores – CONAB.
- ☐ Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - SEAF.

PRONAF: **A** - Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias. **A/C** - Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção. **B** - Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias. Custeio pecuário Custeio de atividades não agropecuárias.

2.6 Utiliza Algum tipo de Consultoria Técnica - Política Agrícola?

- ☐ Sim;
- ☐ não;

2.6.1 Tipo de Consultoria Técnica Utilizada:

- ☐ Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ☐ Engenheiro Agrônomo;
- ☐ Médico Veterinário;
- ☐ Zootecnista;
- ☐ Técnico em Agropecuária;
- ☐ Contador;

2.7 Faturamento Bruto Anual:

- ☐ menos de R\$ 12.000,00;
- ☐ Até R\$ 12.000,00;
- ☐ de R\$ 12.001,00 a R\$ 24.000,00;
- ☐ de R\$ 24.001,00 a R\$ 48.000,00;
- ☐ de R\$ 48.001,00 a R\$ 80.000,00;
- ☐ acima de R\$ 80.000,00

3. FERRAMENTAS DE GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

3.1 Vínculo Empregatício com a Propriedade Rural:

- ☐ Contratos Eventuais;
- ☐ Contratos Permanentes;

3.2 Como é realizado o cálculo do valor pago ao Empregado?

- ☐ Empreita – (Contratação do Serviço);
- ☐ Diária Trabalhada;
- ☐ Salário Fixo;
- ☐ Base no Mercado;
- ☐ Jornada de Trabalho - (Hora Trabalhada);

3.3 Ocorre a Divisão/Atribuição Específica das Tarefas desempenhadas na Propriedade?

- () Sim; Quais: _____
() Não;

3.4 Realiza Treinamentos, para realização da qualificação na atividade a ser desempenhada?

- () Sim; Quais: _____
() Não;

3.5 Capacitação/qualificação em Gestão de Propriedade:

- () Nunca Participei e não tenho Vontade;
() Nunca Participei e tenho Vontade;
() Participei uma vez;
() Participei duas vezes;
() participei 3 vezes ou mais;

ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DA PRODUÇÃO

3.6 As Despesas da Produção da Propriedade são separadas das Despesas Pessoais?

- () Sim; () Não;

3.7 Realiza o Controle da produtividade na Propriedade Rural?

- () Não realizo;
() raramente;
() frequentemente;
() sempre realiza;

3.8 Tem conhecimento do Custo de cada unidade produzida?

- () Sim; () não;

3.9 Há Registros de Fornecedores?

- () Sim; () não;

3.10 Realiza algum tipo de controle de qualidade da produção?

- () Sim;Quais: _____

() não;

CONTROLE FINANCEIRO

1.1 Realiza o calculo de custo de produção para definição do preço de venda dos produtos?

- () Não realizo;
- () raramente;
- () frequentemente;
- () sempre realiza;

1.2 Como é definido o Preço de Venda dos Produtos Agropecuário?

- () Definido Pelo valor informado pelo Sindicato;
- () Valor Oferecido pela Cooperativa, empresa;
- () Valor Oferecido pelo atravessador;
- () Definido pelo Produtor Rural;
- () Valor pago pelo mercado;

1.3 Há controle de pagamentos de tributos?

- () Sim; Quais: _____
- () não;

1.4 Há algum tipo de reserva financeira para emergência?

- () Sim;
- () não;

1.5 Conhece as atividades e/ou produtos mais rentáveis da propriedade?

- () Sim; Quais: _____
- () não;

1.6 Há Controle de Entradas e Saídas da Propriedade Rural?

- () Não realizo;
- () raramente;
- () frequentemente;
- () sempre realiza;

1.7 Conhece com Clareza a Margem de Lucro das Atividades

- () Sim;
- () não;

MERCADO

1.8 Formas de Comercialização.

() Cooperativa; () Frigorífico; () Indústria; () Programas de Governo (PAA; PNAES); () Intermediador de Vendas (Atravessador);
() Leilão; () Direto ao Consumidor (Feira Livre);

1.9 Formas de pagamento utilizadas.

1.10 Levantamento de Satisfação do Cliente.

1.11 Quais estratégias utilizadas para promoção e divulgação dos produtos.

1.12 Quais estratégias utilizadas para armazenamento/acondicionamento dos produtos?

SATISFAÇÃO DE ESTAR NO MEIO RURAL

Nota: _____ (A nota de ser dada numa escala de 0 a 10)

Sendo:

0 – 4: Totalmente Insatisfeito; **4,1 – 6:** Insatisfeito **6,1 – 8:** Satisfeito

8,1 – 10: Completamente Satisfeito